Estratégia Concursos

Aula 00

Passo Estratégico de História p/ PM-SP (Oficial) - Pós-Edital

Autor:
Sergio Henrique

24 de Abril de 2020

Perfil da banca e do concurso para Oficial em História. Antiguidade.

Introdução 1
Análise das Questões de História da Banca FGV 2
Levantamento Estatístico 2
Os Principais Temas e Abordagens 4
Conclusões 6
O Edital 7
Abordagem 7
Sugestões de Questões da Banca, com base nos levantamentos estatísticos 8
Primeiro Passo: História Antiga 27
O que consta no edital de História Antiga 28
Orientações de Estudo (Checklist de revisão) e pontos a destacar 30
1. Antiguidade Oriental 30
2. Grécia 30
3. Roma 32
Questões de Revisão 34
Questionário de Revisão 40
Questionário - Somente Perguntas 40
Questionário - Perguntas e Respostas 41

INTRODUÇÃO

Olá, querido aluno. Sou o professor Sérgio Henrique, Historiador, licenciado em geografia e professor de Ciências Humanas no **Estratégia concursos** e em cursos presenciais. Sou professor há mais de 15 anos e já ministrei várias disciplinas, do ensino fundamental ao superior, como servidor público e na rede privada. Nos primeiros anos de carreira focando em ensino e aprendizado para jovens e empreendedorismo. Na última década, dedico-me para exames de alta complexidade e exigência em concursos públicos militares e preparatórios para o ENEM.

Motivação, Disciplina e Estratégia formam o tripé do sucesso e estou aqui com a equipe **Estratégia Concursos** para levá-lo ao sucesso e alcançar seus objetivos. Vamos logo, pois não temos tempo a perder. Nosso tempo é valioso, mas fique tranquilo. Tudo vai correr bem e foi devidamente distribuído para que você possa alcançar seu almejado sucesso. Leia e releia suas aulas. Faça e refaça seus exercícios. A repetição é a mãe do aprendizado. A memorização deve vir da repetição dos exercícios e do acúmulo das leituras. É a melhor forma de memorizar o conteúdo. Aos poucos e por meio da repetição.

Sem mais delongas, vamos ao trabalho.

ANÁLISE DAS QUESTÕES DE HISTÓRIA DA BANCA FGV

1. A banca é exigente e o candidato deve dominar conceitos e os principais fatos históricos. Não dá para enfrentar sem ter tido uma preparação adequada.
2. A FGV foi muito coerente ao manter a mesma estrutura do cronograma adotado pela banca Vunesp, que realizava o certame há mais de dez anos. Como não alterou nada, pois nada foi acrescentado, o candidato que já vinha se preparando há mais tempo, poderá aproveitar a sua bagagem de estudos.
3. A FGV seleciona o candidato através de questões muito bem elaboradas, com textos complementares que dão boas dicas que orientam o raciocínio da questão (mas sem este papo da resposta estar no texto, ok?).
4. A maior parte dos concursos realizados pela FGV contextualização a avaliação ao cargo, então temas ligados à segurança pública são excelentes, e já aplicaram em vários certames anteriores, questões sobre o crime organizado e o tráfico internacional de Drogas.

LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO

1. É importante lembrar ao candidato que estes levantamentos estatísticos são rigorosos, no entanto as estatísticas podem variar muito, dependendo das variáveis que usamos, ou também do tamanho da amostra.

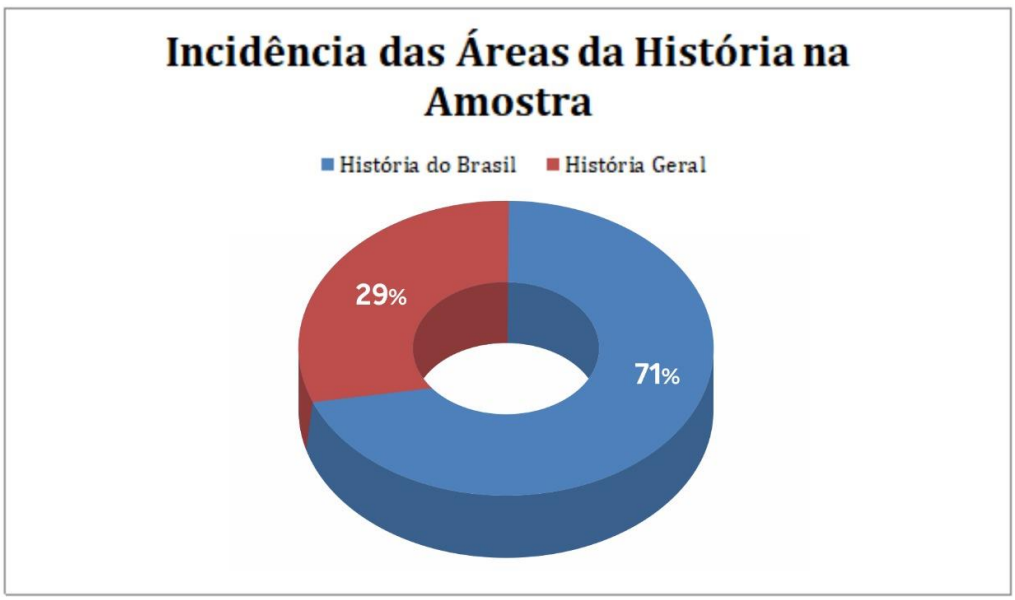
   1.1. Há uma anedota sobre as estatísticas, que se colocarmos a cabeça de alguém num forno, e sua seus pés numa geladeira, a média da temperatura corporal será agradável. Pretendo demostrar com isso que nossa amostra de questões tem dois **vícios de análise**: primeiro que as questões foram selecionadas de acordo com a utilidade para seu concurso e em segundo a hipótese inicial que norteou a análise era que a banca cobrava mais História do Brasil que História Geral se confirmou.

   1.2. Escavei todos os concursos aplicados pela banca, inclusive do concurso de admissão na universidade. Como são poucos os já realizados com a disciplina de história, e a maioria foram para professores, nossa seleção é completa e variada, e procurou identificar as possíveis tendências para este exame, e o primeiro padrão já sabemos, que é a abordagem

de temas da História do Brasil, e o segundo, é que além de contextualizar o conjunto das questões de história, o edital todo é explorado, então temos que ter um domínio dos principais temas, que veremos abaixo a incidência. No entanto, todo ele será cobrado, então para uma preparação completa é importante que estude todos os principais temas, para no mínimo saber do que se trata.

2. Para orientar a análise, dividirei em dois grandes temas, e depois subdividiremos cada um deles, que são: História Geral e História do Brasil.
3. Para uma estimativa estatística razoável, é bom que trabalhemos com ao menos duzentas questões. No nosso Passo Estratégico temos em torno de trezentas questões, mas que foram coletadas sem método. Do total de 133 questões coletadas, que correspondem às questões válidas (que podem ser aproveitadas para seu cargo) dos últimos dez anos de concursos aplicados, com a disciplina de História, podemos dividir em:

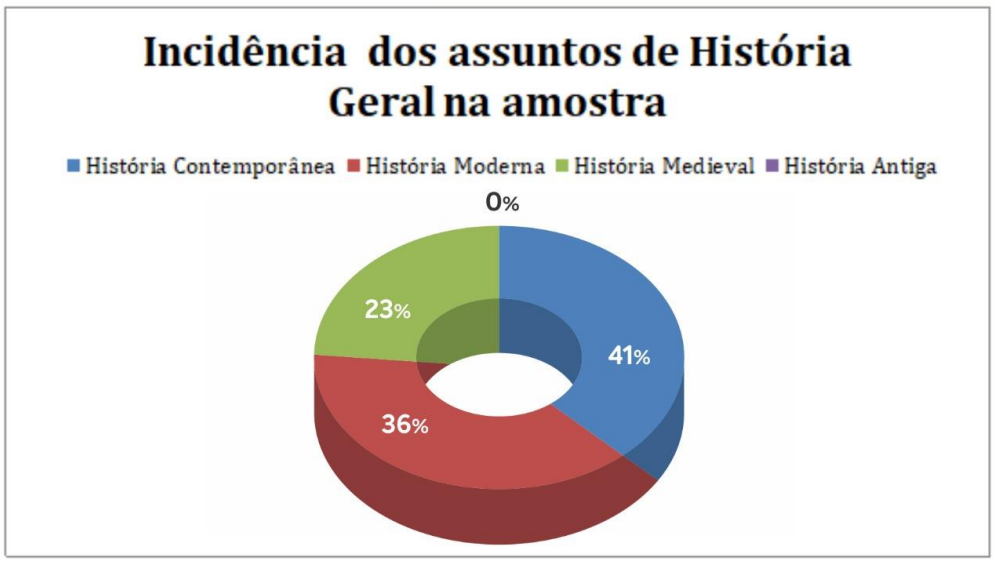
História **% de cobrança em provas anteriores** **FGV**	
História do Brasil	71%
História Geral	29%



OS PRINCIPAIS TEMAS E ABORDAGENS

História Geral: Das 39 questões de História Geral, a incidência dos assuntos foi:

História Geral % de cobrança em provas anteriores FGV	
História Contemporânea	41%
História Moderna	36%
História Medieval	23%
História Antiga	0%



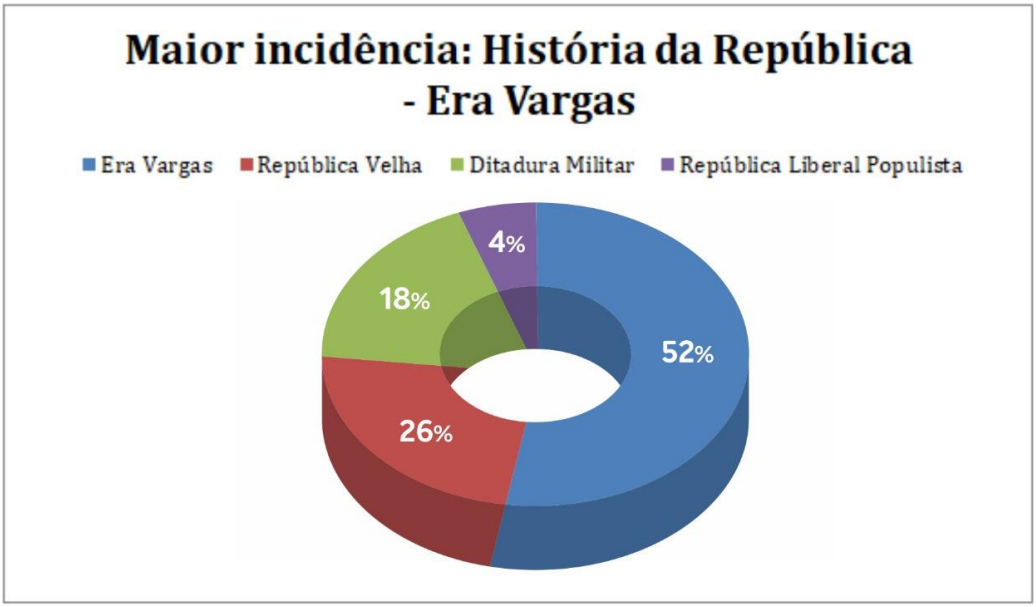
História do Brasil: Das 94 questões de História do Brasil, a incidência dos assuntos foi:

História do Brasil % de cobrança em provas anteriores FGV	
História da República	57%
História da Colônia	28%
História do Império	15%



História da República: Das 54 questões de História da República, a incidência dos assuntos foi:

História da República % de cobrança em provas anteriores FGV	
Era Vargas	52%
República Velha	26%
Ditadura Militar	18%
República Liberal Populista	4%



CONCLUSÕES

1. Há uma predominância de História do Brasil na amostra usada. A maioria eram de concursos regionais e para professores, o que explica esta alta proporção, pois está de acordo com as orientações pedagógicas do MEC.
2. Há uma grande desproporção entre os assuntos e a História da República é privilegiada, e evidentemente os temas ligados à Era Vargas.
3. Em História Geral, há o predomínio de História Moderna e Contemporânea, em proporções semelhantes, com pequena vantagem para Contemporânea.
4. Em todas as provas, podemos esperar ao menos uma questão de Idade Média. Não está presente em quantidade, mas em todo o exame aparece.
5. História Antiga não apareceu em nenhum concurso, mas devemos tomar cuidado. Se considerarmos todo o universo de questões produzidas pela banca, incluindo seus concursos de admissão na universidade, o tema é sempre presente, então tudo indica que teremos uma questão na prova, ou de Grécia ou de Roma, abordando principalmente os aspectos ligados à democracia e as sociedades escravistas.
6. Em todos os períodos Históricos, foram cobrados temas clássicos da História política e econômica, que é o eixo central, a partir do qual a banca desenvolve seus raciocínios nas questões.

O EDITAL

A relação dos temas indicados para o estudo, é simplesmente todo o conteúdo de História Geral e História do Brasil. Em teoria pode cair qualquer conteúdo da disciplina, então é algo muito amplo. No entanto através da análise dos conteúdos já cobrados, podemos identificar como caem e quais são mais incidentes. Fique atento:

- ✓ E edital todo é realmente explorado.
- ✓ Elegem temas mais relevantes dentro de cada período histórico, normalmente assuntos com abordagens clássicas na historiografia (produção acadêmica do conteúdo histórico). Isso funciona como uma bússola, pois nos aponta o Norte a seguir.
- ✓ Os temas do edital são abordados de forma inteligente e simples. Exigem uma compreensão geral do contexto de cada período histórico e seus principais fatos. Não é uma banca que faça pegadinhas, induzindo o candidato ao erro, ou exija nomes ou datas muito específicas.

ABORDAGEM

Os assuntos abordam principalmente o que nós conhecemos como história social. Um olhar sobre os costumes, sobre o trabalho e relações políticas gerais. Não valoriza datas como elemento de seleção, tampouco nomes de personalidades. Claro que há aquelas imprescindíveis como a chegada do português à América, Independência, proclamação da República, Era Vargas e outras fundamentais, no entanto só importam datas simples e normalmente conhecidas pela maioria dos candidatos. O mesmo ocorre com nomes. Só das personalidades históricas mais marcantes como os imperadores, e os principais presidentes da República, sendo os mais importantes para o exame Getúlio Vargas, JK, Jânio Quadros e João Goulart. Creio que considerou uma boa notícia, pois são menos informações para memorizar. Fique atento, pois a abordagem é principalmente conceitual e:

- ✓ É essencial a compreensão geral dos períodos, dos processos (transição do feudalismo para o capitalismo, por exemplo) e dos conceitos envolvidos, como o de democracia, imperialismo, nazifascismo, populismo entre outros. Em cada aula do passo destacarei os fundamentais.
- ✓ A banca gosta bastante de explorar imagens como charges, capas de mídia impressa e obras de arte. Um assunto muito recorrente são as obras de arte do Romantismo produzidas por Pedro Américo e Victor Meireles com perguntas relacionadas aos momentos retratados ou sobre o olhar do autor. Neste último caso depende muito da sua capacidade de interpretação.
- ✓ Todas as questões possuem textos motivadores que em geral ajudam a fazer a questão, ou ela dependa dele.

SUGESTÕES DE QUESTÕES DA BANCA, COM BASE NOS LEVANTAMENTOS ESTATÍSTICOS

1. (FGV - Adaptada)

A proclamação da República Popular da China em 1º de outubro de 1949 e a eleição do governo presidido por Mao Tsetung foram resultados da luta contra a ocupação da China por potências estrangeiras e contra o regionalismo que fortalecia os senhores de terra.

O movimento camponês, liderado por Mao Tsetung, sagrou-se vitorioso em outubro de 1949. Entretanto, as raízes desse movimento estão no século 19 e nas condições que se foram criando a partir da intervenção das potências estrangeiras, no início do século 20.

(Carlos Guilherme Mota. *História moderna e contemporânea*, 1986)

No que diz respeito às interferências estrangeiras nesse país, é correto afirmar que

A) a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) terminou com a vitória do Império Russo e sua decorrente ação do imperialismo russo no processo de partilha de grande parte do território da China Imperial.

B) as Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860) garantiram à Inglaterra a abertura comercial da China e permitiram também que outras potências europeias e asiáticas revelassem seus interesses no Império Chinês.

C) a guerra entre o Império Chinês e o Japão (1894-1895) resultou no enfraquecimento da China e no início da hegemonia alemã em grande parte desse país, principalmente por meio das amplas inversões de capitais.

D) a Revolta dos Boxers (1898-1901) representou a luta das classes médias urbanas e da classe operária pela ampliação da cidadania político-eleitoral, contra os grandes senhores de terra e a República chinesa recém-proclamada.

E) a Longa Marcha (1923-1927), organizada pelo Partido Comunista Chinês em aliança com o Partido Nacional do Povo, lutou contra as presenças estrangeiras na China, e foi derrotada pelos japoneses no momento da invasão da Manchúria.

Comentários

A questão fala sobre as interferências estrangeiras ocorridas na China, apresentando, neste cenário, a sua consolidação enquanto República Popular no dia 1º de outubro de 1949, sob o governo de Mao Tsetung. O excerto também fala sobre as raízes deste movimento, que remetem ao século XIX e ao início do século XX. Nesta questão, o ideal é analisar alternativa por alternativa, a fim de compreender melhor o contexto em que a China esteve inserida.

A) **(INCORRETA)** Guerra Russo-Japonesa (1904-1905): o Japão sagrou-se vitorioso e se consolidou como potência militar. Sua vitória sobre o Império Russo gerou uma onda de entusiasmo nacionalista, na qual muitos políticos japoneses defenderam novas expansões territoriais sobre a China. O crescimento do nacionalismo no Japão resultou em novas invasões na China e no

crescimento da rivalidade com os Estados Unidos, o que causou a Guerra do Pacífico (1941-1945) durante a **Segunda Guerra Mundial**.

B) **(CORRETA)** Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860): ocorridas durante o período do imperialismo europeu, esses entraves proporcionaram à Inglaterra, a partir de sua vitória, o acesso mercado chinês, que até então era fechado. Com a forçada abertura dos seus portos à Inglaterra, a China viu sua autossuficiência ruir e a interferência estrangeira se ampliar no seu território.

C) **(INCORRETA)** Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895): ocorreu no contexto do **expansionismo imperialista japonês** da segunda metade do século XIX e resultou no início do controle do Japão sobre áreas estratégicas do Extremo Oriente, como a península da Coreia**,** o que fez com que o Império Japonês se tornasse mais visível ao mundo ocidental.

D) **(INCORRETA)** Revolta dos Boxers (1898-1901): foi um movimento popular de caráter anticolonialista ocorrido na China. Neste movimento, organizações populares lutaram contra a influência colonialista estrangeira no comércio, na política e na religião. O contexto remete ao final do século XIX, quando os países ocidentais e o Japão tinham grande controle sobre as políticas econômicas na China, além do controle territorial e comercial ao norte do país. Os camponeses desta área sofriam economicamente e acabaram culpando os estrangeiros por isso, revoltando-se contra eles.

E) **(INCORRETA)** Longa Marcha: a Longa Marcha ocorreu entre outubro de 1934 e outubro de 1935.

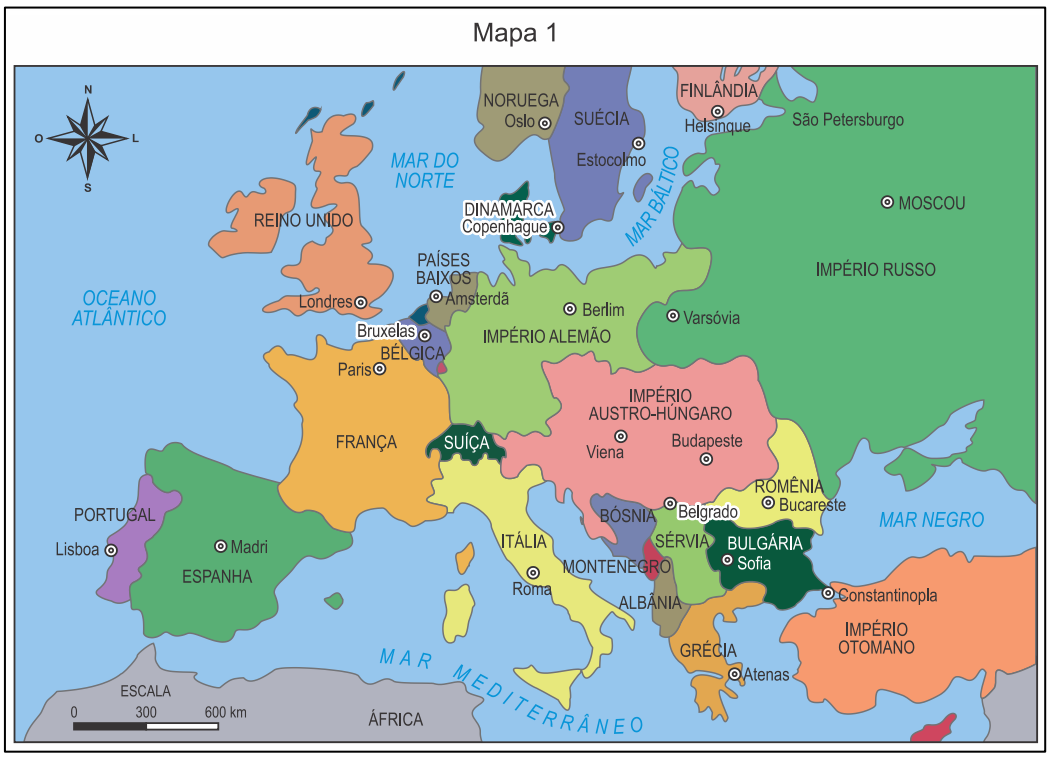
Gabarito: B

---

2. (FGV - Adaptada)

Observe os dois mapas.

Mapa 1



Mapa 2



(Antonio Pedro e Lizânias de Souza Lima. *História por eixos temáticos*, 2012)

No que diz respeito aos mapas, é correto afirmar que o Mapa 1 representa

- A) a Europa no início do século XIX, no momento da expansão do Império Napoleônico, que se estende até a Rússia; o Mapa 2 mostra a Europa pós-Segunda Guerra, isto é, em plena Guerra Fria, com o aumento do poder da URSS e de seus satélites.

B) a Europa no início do século XX, com os impérios Russo, Austro-Húngaro, Alemão e Otomano e as potências como a França e Reino Unido; o Mapa 2 mostra a divisão política após a Primeira Guerra, com surgimento de novos países a partir do fim desses impérios.

C) todos os países envolvidos na Guerra dos 7 anos, entre 1756 e 1763, na Europa: França e Espanha de um lado e, Inglaterra e Portugal, de outro; Mapa 2 mostra os países da OTAN e do Pacto de Varsóvia, blocos militares surgidos no contexto da Guerra Fria.

D) as transformações geopolíticas das decisões do Congresso de Viena em 1814-1815, reduzindo os territórios dos perdedores, como a França; o Mapa 2 mostra o resultado político da vitória dos Aliados na Segunda Guerra, como a URSS, a Inglaterra, a França e a Polônia.

E) o momento final do processo de unificação da Alemanha, na segunda metade do século XIX, com a formação do Segundo Reich; o Mapa 2 mostra a Europa no final dos anos 1970, com a queda do Muro de Berlim e as repercussões do fim do avanço soviético.

Comentários

A banca nos apresenta, nesta questão, dois mapas da Europa e deseja saber em quais momentos da História eles se encontram. Vale lembrar que este tipo de questão é clássico em História, uma vez que as transformações geográficas sofreram inúmeras mudanças ao longo dos anos, sobretudo em virtude de expansões militares e conquistas territoriais.

Nos mapas em destaque, após uma observação atenta e, evidentemente, um conhecimento sobre a configuração do continente europeu entre os séculos XIX e XX, podemos chegar à conclusão de que eles representam dois momentos distintos: o **mapa 1** apresenta a configuração do espaço europeu no início do século XX, **antes mesmo de começar a Primeira Guerra Mundial** (que durou entre 1914 e 1918). O **mapa 2**, por sua vez, representa o mesmo continente, contudo, **após o término da Primeira Guerra Mundial** e com o surgimento de novos países e a desintegração de alguns impérios, a saber, o Russo, o Alemão, o Otomano e o Austro-Húngaro.

Vale lembrar que o surgimento de novos países (Alemanha, Luxemburgo, Polônia, Tchecoslováquia, Turquia e tantos outros que passaram a existir) ocorreu a partir da assinatura de Tratados de Paz ao final da guerra, cujo intuito era reduzir as tensões entre as grandes potências do período e, de modo simultâneo, punir os países culpabilizados pela guerra (neste caso, a Alemanha).

A derrota da Alemanha na guerra foi consolidada pelo **Tratado de Versalhes**, assinado em junho de 1919. Com este Tratado, o Império Alemão perdeu todos os seus territórios ultramar, além de parte das suas terras para a França, Bélgica e a Polônia. Além da perda de territórios, a Alemanha também foi obrigada a pagar indenizações aos países vencedores, o que criou um forte sentimento de humilhação no país e proporcionou a ascensão de uma nova onda nacionalista: o **Nazismo**, responsável pela eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sob a liderança de Adolf Hitler.

Contudo, não foram apenas os países derrotados que sofreram alterações em seu território. Podemos observar, também, que o Império Russo passou por inúmeras transformações, sobretudo em virtude de um movimento ocorrido durante a Primeira Guerra e que ficou conhecido como a **Revolução Russa,** ocorrida em 1917.

A Revolução Russa derrubou o Czar Nicolau II (no poder desde 1894) e estabeleceu uma república. Posteriormente, o Partido Bolchevique assumiu o poder e estabeleceu uma forma de governo socialista. Dentre as suas prioridades estava a retirada da Rússia da Primeira Guerra a assinatura de um acordo, conhecido como **Tratado de Brest-Litovsk**, em 1918. A partir dele, a Rússia abria mão de alguns territórios, formando novos países: Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, Bielorrússia e Ucrânia (sendo que estes dois últimos integrariam a recém formada **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS**).

Com relação às alternativas, a letra [A] está incorreta por falar sobre a expansão napoleônica para a Rússia, algo que sabemos que não ocorreu com êxito, também em decorrência do inverno russo que castigou os franceses. A letra [C] não é a correta por falar sobre conflitos ocorridos no século XVIII, cujo mapa teria outra configuração (por exemplo, o Império Alemão ainda não estava unificado no século XVIII). A letra [D] está incorreta pelos mesmos motivos de configuração espacial (Unificação Alemã ocorreu somente em 1871). Por fim, a letra [E] está incorreta por falar sobre a Queda do Muro de Berlim ao final da década de 1970, sendo que o mesmo evento ocorreu somente em 1989. A alternativa correta, portanto, é a letra [B].

Gabarito: B

3. (FGV - Adaptada)

O Estado era tanto o sujeito como o objeto da política econômica mercantilista. O mercantilismo refletia a concepção a respeito das relações entre o Estado e a nação que imperava na época (séculos XVI e XVII). Era o Estado, não a nação, o que lhe interessava.

(Eli F. Heckscher, *La epoca mercantilista*, 1943, p. 459-461 *Apud* Adhemar Marques e et alii (seleção), *História moderna através de textos*, 1989, p. 85. Adaptado)

Segundo o autor,

A) as relações profundas entre o Estado absolutista e o nacionalismo levaram à intolerância e a tudo o que impedia o bem-estar dos súditos, unidos por regulamentações e normas rígidas.

B) as práticas econômicas intervencionistas do Estado absolutista tinham o objetivo específico de enriquecer a nação, em especial, os comerciantes, que impulsionavam o comércio externo, base da acumulação da época.

C) o mercantilismo foi um sistema de poder, pois o Estado absolutista implantou práticas econômicas intervencionistas, cujo objetivo maior foi o fortalecimento do poder político do próprio Estado.

D) o Estado absolutista privilegiou sua aliada política, a nobreza, ao adotar medidas não intervencionistas, para preservar a concentração fundiária, já que a terra era a medida de riqueza da época.

E) a nação, compreendida como todos os súditos do Estado absolutista, era o alvo maior de todas as medidas econômicas, isto é, o intervencionismo está intimamente ligado ao nacionalismo.

Comentários

A questão trata de um assunto muito importante dentro da História Geral: o **mercantilismo**, ou seja, o conjunto de práticas econômicas que ocorreu durante a Idade Moderna entre os séculos XV e XVIII entre os países da Europa. Essa política econômica deveria fortalecer a participação do Estado através de uma forte intervenção nas questões econômicas.

Como principais características dessa política, podemos destacar, dentre outas: a busca por uma **balança comercial favorável** (ou seja, os países deveriam exportar mais do que importar); a **intervenção do Estado**, a fim de garantir os monopólios comerciais; o **protecionismo** (proteção ao mercado interno); a defesa do **pacto colonial** (negociações exclusivas das colônias com as metrópoles) e, por fim, a acumulação de metais preciosos, prática conhecida como **metalismo** e que garantiria a riqueza das nações.

Tal prática teve início ao final da Idade Média e início da Idade Moderna, com o surgimento dos chamados **Estados Nacionais Modernos** na Europa, resultado das alianças ocorridas entre o rei e a burguesia. Tais Estados Modernos precisavam obter recursos para a formação e o equipamento de seus exércitos e marinhas, além da manutenção de seu aparato estatal. Diante disso, o rei, detentor de seus **poderes absolutos**, criou essa política econômica que ficou conhecida pelo nome de **Mercantilismo**.

Com relação a tais poderes absolutos (**Absolutismo**), podemos defini-los enquanto um sistema político e administrativo que existiu em alguns países da Europa, durante o período do Antigo Regime (XV-XVIII). Com a centralização do poder nas mãos dos reis, a burguesia comercial em ascensão ajudou o seu fortalecimento, uma vez que a ela interessa um governo forte e capaz de organizar a sociedade.

Neste cenário, a burguesia foi responsável por fornecer o apoio político e financeiro necessário aos reis, os quais, por sua vez, criaram um sistema administrativo mais eficiente, através da unificação de seus impostos e moedas e da melhoria na segurança dentro dos reinos. É durante o absolutismo que o rei passou a concentrar grande parte dos poderes para si, criando as leis sem, necessariamente, a aprovação política da sociedade.

O rei criava taxas, impostos e outras obrigações de acordo com os seus próprios interesses. Também interferia nos assuntos religiosos e poderia controlar o clero em certas regiões. Os luxos e gastos da corte eram mantidos graças ao pagamento dos impostos, sobretudo feito pela população mais pobre, que tinha pouco ou quase nenhum poder político para exigir algo em troca.

Neste cenário, podemos observar que a alternativa que se encaixa com o excerto apresentado pela banca é a letra [C], ao apresentar características do mercantilismo desenvolvido em razão do fortalecimento do Estado Absolutista na Europa.

Gabarito: C

---

4. (FGV - Adaptada)

O *New Deal* caracterizou-se por um conjunto de medidas econômicas que visavam

A) superar a crise econômica da década de 1920 com medidas liberais que dessem maior autonomia à dinâmica dos mercados internacionais.

B) estabelecer acordos entre patrões e operários com o objetivo de redistribuir rendas e permitir experiências de cogestão administrativa.

C) garantir mais empregos através da intervenção do Estado na economia, sobretudo através do financiamento de obras públicas.

D) reformar a economia soviética planificada duramente afetada pela crise econômica registrada a partir de 1929.

E) diminuir o consumo e estimular a recessão econômica como forma de diminuir os altos índices de inflação registrados na década de 1920.

Comentários

A banca foi bem direta com relação ao assunto abordado na questão: procurou saber quais os objetivos do *New Deal* (“Novo Acordo”), um conjunto de medidas adotadas nos EUA para a recuperação da economia, em decorrência da **Crise de 1929**, também chamada de *Crash* (ou “Quebra”) da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Para conter a crise econômica que assolava o mundo, passou-se a investir na ampliação da intervenção do Estado nas questões econômicas. Nos EUA, essas medidas foram implantadas durante a presidência do democrata **Franklin Delano Roosevelt** (entre 1933 e 1945).

O **New Deal** teve, como características teóricas, as reflexões de **John Maynard Keynes**, economista britânico que apontava para a necessária mediação do Estado na economia, a fim de proporcionar melhores condições para a população. Para tentar reduzir a crise econômica e social pela qual os EUA passavam, Roosevelt teve a elaboração do seu plano através de economistas de inspiração *keynesiana*, sendo que o principal objetivo era, dentre outros, reduzir o desemprego da população por meio de investimentos estatais e privados. Suas principais características: desvalorização do dólar (o que tornaria as exportações mais competitivas); estímulo à produção de origem agrícola; criação de um sistema de seguridade social (seguro desemprego e Lei de Seguridade de 1935) e concessão de empréstimos aos bancos para evitar falências do sistema financeiro).

Com tais medidas, sobretudo a contratação dos trabalhadores, o consumo da população foi novamente estimulado, funcionando quase que em cadeia: aquecimento da produção industrial e agrícola, consequentemente, maior produção e venda, maiores ganhos e reaquecimento da economia. Tal prática adotada colocava o capitalismo enquanto um modo de produção integrado, sendo que o aumento do consumo por parte dos trabalhadores geraria o desenvolvimento dos demais setores da economia. Tais medidas obtiveram sucesso, regenerando o capitalismo estadunidense.

Além disso, a partir dessa regeneração econômica os Estados Unidos garantiram uma distribuição de renda menos desigual, possibilitando a estrutura essencial para melhorar as condições de vida de grande parte da população, sobretudo através de investimentos nas áreas de educação, saúde e transporte. Com este plano, Roosevelt atribuía ao Estado responsabilidades entendidas como individuais, em **oposição** às medidas de caráter liberal até então observadas.

Em relação às alternativas, a letra [A] está incorreta uma vez que não foram adotadas medidas liberais, ao contrário, procurou-se adotar a maior intervenção do Estado em setores fundamentais da sociedade. A letra [B] está incorreta porque, além de estar totalmente fora da realidade dos EUA, não houve redistribuição de renda através de acordos entre patrões e operários. A letra [D] está equivocada por apresentar o plano como uma forma de reestruturar a economia soviética, sendo que ela procurava reestruturar a economia dos EUA. Finalmente, a letra [E] não é a correta por apresentar a redução do consumo como solução para a crise financeira, quando foi o oposto: o **New Deal** procurava reaquecer a economia através do incentivo do Estado. Logo, a alternativa correta e coerente com o plano desenvolvido é a letra [C].

Gabarito: C

---

5. (FGV - Adaptada)

> "Consideramos (...) que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Que para garantir esses direitos são instituídos entre os homens governos que derivam os seus justos poderes do consentimento dos governados; que toda vez que uma forma qualquer de governo ameace destruir esses fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir um novo governo, assentando a sua fundação sobre tais princípios e organizando-lhe os poderes da forma que pareça mais provável de proporcionar segurança e felicidade."
>
> *A Declaração de Independência dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 53.

Sobre a Declaração de Independência dos Estados Unidos, é correto afirmar que:

A) Defendia o princípio da igualdade de direitos dos seres humanos, mas condenava o direito à rebelião como uma afronta à ordem social.

B) O radicalismo da sua formulação, com respeito ao direito de rebelião dos escravos, provocou forte reação dos proprietários de escravos em toda a América.

C) Sua formulação foi baseada no ideário liberal-iluminista e acabou influenciando outros movimentos políticos na América e na Europa.

D) Influenciada pelos tratadistas espanhóis, a declaração defendia a origem do poder divino e condenava a desobediência dos subordinados.

E) A declaração sustentava que os governos poderiam cercear a liberdade dos indivíduos em nome da segurança e da felicidade coletivas.

Comentários

Os movimentos em busca da independência na América tiveram início a partir da década de 1770, quando as Treze Colônias Inglesas, localizadas na porção norte do continente americano, começaram a reivindicar a sua emancipação política em relação à Inglaterra, uma das metrópoles responsáveis pela colonização da região. Ainda que o termo "Revolução Americana" pareça muito abrangente, aqui ele diz respeito aos movimentos emancipacionistas que deram origem a Estados independentes, cuja independência foi oficialmente declarada no dia 04 de julho de 1776.

Para a redação da Declaração de Independência foram designados cinco membros: Thomas Jefferson (Virgínia), Benjamin Franklin (Pensilvânia), Robert Livingston (Nova York), John Adams (Massachussetts) e Roger Sherman (Connecticut). Cada um dos redatores teve papel fundamental para a sua elaboração, sendo que o nome de Jefferson se tornou extremamente forte, uma vez que foi o responsável por escrever o primeiro texto da Declaração, o qual passou por algumas modificações sugeridas pelos demais integrantes, e também o texto definitivo, aprovado em 04 de julho de 1776.

Thomas Jefferson possuía referenciais teóricos de John Locke, o que conferiu ao texto alguns ideais do **liberalismo** político, como a defesa de um governo limitado, o direito à liberdade e à propriedade privada e direitos naturais à vida humana. John Locke foi um dos filósofos mais importantes e influentes da história, tendo dedicado boa parte de sua vida a escrever sobre a filosofia e o pensamento político.

Além do liberalismo, outra corrente de pensamento que influenciou decisivamente a Declaração foi o **Iluminismo**, uma das origens de boa parte dos ideais da Revolução Americana. Podemos caracterizá-lo enquanto um movimento que buscava, dentre outros aspectos, a **liberdade de expressão e de imprensa**, **igualdade** e a tolerância religiosa.

Os colonos americanos, contudo, não gozavam de tais direitos, o que os colocava em uma posição inferior à sua metrópole, a Inglaterra. Como resultado, os americanos se rebelaram contra a Inglaterra em busca de maior autonomia e, consequentemente, de sua independência. Na Declaração de Independência, Jefferson escreveu a respeito dos direitos naturais dos cidadãos americanos, como o direito "à vida, à liberdade e à busca da felicidade", resultado do pensamento iluminista do período e que influenciou diretamente a Revolução de 1776.

A partir disso, a Revolução Americana influenciou outros movimentos favoráveis à independência na América (por exemplo, no Brasil, a **Inconfidência Mineira** de 1789) e, também, a Revolução Francesa de 1789, que contribuiu para a adoção de um novo pensamento político-social nestas regiões.

Diante do que foi acima exposto, chegamos à conclusão de que a alternativa correta é a letra [C], dado que a Declaração de Independência de 1776 possui um caráter liberal-iluminista.

Gabarito: C

---

6. (FGV - Adaptada)

Uma das conferências que selaram o fim da II Guerra Mundial (1939-1945), a Conferência de São Francisco, originou a Carta de São Francisco (26 de junho de 1945), que estabeleceu a Organização das Nações Unidas (ONU). Seu artigo 23 estabelece os Estados Unidos da América, a União Soviética (URSS), a França, a Grã- Bretanha e a China como membros permanentes do Conselho de Segurança, órgão responsável pela "manutenção da paz e segurança internacionais", podendo declarar ou vetar guerras em nome de todos os membros. A escolha desses países deve-se:

A) Ao reconhecimento jurídico da contribuição da China, aliada ao Japão do imperador Hiroito, para a derrota da Alemanha nazista.

B) À preocupação de repartir o poder numa nova ordem internacional, para que não houvesse qualquer nova potência hegemônica.

C) À recusa de Alemanha, Japão e Itália ao convite para integrar o Conselho de Segurança devido ao ressentimento popular com respeito aos países aliados.

D) À preocupação de proteger os países em desenvolvimento de agressões imperialistas e dificultar o surgimento de regimes totalitários.

E) À nova correlação internacional de forças que, em 1945, já prenunciava a polarização entre estadunidenses e soviéticos, além de conceder poder decisório aos países que haviam enfrentado as potências do Eixo.

Comentários

A Carta das Nações Unidas foi assinada em São Francisco, no dia 26 de junho de 1945, após o término da Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional, entrando em vigor em 24 de outubro daquele mesmo ano. A Organização das Nações Unidas (ONU) foi estabelecida em 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e veio a substituir a Liga das Nações.

Em um trecho da Carta, presente em seu preâmbulo, podemos observar o compromisso estabelecido entre as nações: "*Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a*

promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. [...] Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objetivos."

Foi através da criação do Conselho de Segurança da ONU, composto por 15 países membros, sendo 5 deles permanentes (Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e a República Popular da China) e cada um destes membros com direito de veto, juntamente com outros 10 membros rotativos e com mandatos de 2 anos, que percebemos a relevância das potências vencedoras da Segunda Guerra, responsáveis pela coalizão que derrotou a Alemanha e os demais países do Eixo (Japão e Itália).

Neste sentido, podemos entender que os cinco países que tomaram a dianteira do Conselho de Segurança da ONU eram fundamentais para a prevalência da força entre as nações e evitar os conflitos bélicos, sendo que duas potências tomariam o cenário mundial: os **Estados Unidos** e a **União Soviética**, principalmente com o início da Guerra Fria após a Segunda Guerra Mundial.

Vale lembrar, também, que foi devido a não-adesão de alguns destes países à Liga das Nações (criada em 1919), como os EUA, um dos motivos que comprometeram a eficiência desse órgão em evitar conflitos de grandes dimensões.

Gabarito: E

---

7. (FGV - Adaptada)

Terra do sonho é distante/e seu nome é Brasil/ plantarei a minha vida/ debaixo de céu anil/ Minha Itália, Alemanha/ Minha Espanha, Portugal/talvez nunca mais eu veja/ minha terra natal.

Milton Nascimento. Sonho imigrante.

Acerca do processo de imigração para o Brasil, registrado no século XIX, é correto afirmar:

A) O Brasil tornou-se o destino preferencial dos imigrantes europeus graças à possibilidade de se constituírem pequenos proprietários rurais devido à promulgação da Lei de Terras em 1850.

B) Desde a proclamação da independência do Brasil, a imigração europeia foi estimulada pelo governo central como uma maneira de atender às pressões inglesas pelo fim da escravidão no país.

C) O fluxo imigratório só deslanchou no Brasil após as alterações nas leis trabalhistas que garantiram condições de trabalho análogas àquelas oferecidas no continente europeu.

D) A partir da década de 1870, com as iniciativas do governo de São Paulo, intensificou-se o fluxo imigratório de europeus para a província paulista destinados, sobretudo, à produção cafeeira.

E) A modernização das atividades agrícolas brasileiras iniciou-se a partir do declínio da produção canavieira e com o desenvolvimento do complexo cafeeiro na região do Recôncavo Baiano e do Sul da Bahia.

Comentários

No que diz respeito à imigração para o Brasil, a banca se volta para aquela ocorrida ao longo do século XIX, sobretudo na sua segunda metade em diante, a qual foi ocasionada, sobretudo, pela proibição do tráfico negreiro para o Brasil, em 1850. Neste cenário, a Inglaterra teve um papel essencial para o aumento do fluxo migratório de europeus ao Brasil, uma vez que os ingleses exerciam uma enorme pressão para que o Brasil deixasse de receber escravizados vindos da África e proibisse este tipo de trabalho compulsório.

A Lei 581, de 4 de setembro de 1850, também conhecida como **Lei Eusébio de Queirós**, foi a responsável por estabelecer uma série de medidas para a proibição do tráfico de africanos ao Império Brasileiro. Antes mesmo de ela ser aprovada, contudo, já haviam ocorrido mobilizações para acabar com o tráfico: em 7 de novembro de 1831 (regulamentada pelo decreto de 12 de abril de 1832), foi promulgada no Brasil a lei que deu amplos poderes às autoridades judiciais para reprimirem a entrada de africanos e declarou **livre** todos os escravos que entrassem no território brasileiro.

A situação do tráfico, porém, não foi encerrada, pelo contrário, ele acabou aumentando em decorrência da baixa no preço dos negros e pela demanda das grandes **lavouras cafeeiras**. Associado a isso, as autoridades brasileiras não se esforçaram para repreender a prática da vinda de escravos de forma ilegal, dado o seu interesse econômico e à mão de obra mais barata. Com isso, a lei de 1831 ficou popularmente conhecida como "**lei para inglês ver**", porque, a despeito de ter sido aprovada, não havia a proibição efetiva do tráfico negreiro.

Foi mais efetivamente a partir de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, que o investimento no tráfico deixou de ser a prioridade no Brasil, e o capital que era investido em tal comércio passou a ser direcionado para outros setores responsáveis pela **modernização** do país. Ao longo da década de 1870, por exemplo, teve início o processo de **imigração de europeus** para o Brasil, sendo que grande parte deles era proveniente da Itália, Espanha, Portugal e Alemanha. Tal mão de obra foi fundamental para o desenvolvimento do mercado interno brasileiro, sobretudo aquele proveniente da economia cafeeira no Sudeste do país (principalmente para São Paulo).

Após a proibição do tráfico de negros para o Brasil e com a expansão da produção de café no século XIX, o governo brasileiro estimulou significativamente a imigração. O trabalho no Brasil passou de **escravo** (com os negros até o século XIX) para **livre remunerado** (a despeito do valor ser muito baixo e dos imigrantes ficarem, quase sempre, em dívida com os seus patrões) e de caráter mais modernizador. A partir do século XX, a imigração de japoneses ganhou intensidade, cuja mão de obra também foi alocada nas grandes lavouras de café do estado de São Paulo, mas isso não é o que a questão procura identificar, pautando-se apenas na segunda metade do século XIX. Assim sendo, a alternativa correta é a letra [D].

Gabarito: D

---

8. (FGV - Adaptada)

A imagem retrata um episódio de 1943, na cidade de Natal: a presença do presidente do Brasil, Getúlio Vargas, e do presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt.



(Raymond Neilson, *Segunda visita de Roosevelt ao Brasil*, Em: Antonio Pedro Tota. *O imperialismo sedutor*, 2000)

Tal episódio faz parte de um contexto mais amplo, representado pela Política de Boa Vizinhança, que se constituiu em uma

A) forte mobilização dos governos dos Estados Unidos e do Brasil no sentido de uma inédita colaboração econômica, materializada na oferta estadunidense de tecnologia para a recente indústria automobilística brasileira e a remessa de aço para as indústrias dos Estados Unidos.

B) ação conjunta do governo e de grandes empresários norte-americanos para auferir grandes lucros no Brasil e na América Latina por meio de investimentos diretos em equipamentos urbanos, especialmente o transporte público e a produção e distribuição de energia.

C) nova postura diplomática e comercial dos Estados Unidos para a América Latina, especialmente para a Argentina, o Brasil e o México, que articulavam um bloco político-econômico com o intuito de estabelecer relações mais efetivas com a Inglaterra e a França.

D) reordenação radical da política externa brasileira, que passou a ser pautada pelo pragmatismo econômico, no qual o governo Vargas procurava as melhores condições para garantir o desenvolvimento da indústria de base, alternando aproximações entre os Estados Unidos e a Inglaterra.

E) prática diplomática estadunidense para a América Latina, que abandonou o intervencionismo, optando pela negociação diplomática e o auxílio econômico e militar, como o empréstimo para a construção de uma siderúrgica no Brasil, a fim de limitar a influência europeia na região.

Comentários

A questão trata da chamada **Política da Boa Vizinhança,** desenvolvida pelos EUA sob a presidência de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), quando o mesmo realizou uma visita ao Brasil de Getúlio Vargas, à época presidente sob a ditadura do Estado Novo (1937-1945). A despeito de o governo de Vargas estar alinhado ao autoritarismo de caráter fascista, a influência dos estadunidenses se sobressaiu em termos de política brasileira.

Getúlio Vargas negociou empréstimos com os EUA a fim de garantir a modernização do parque industrial brasileiro e a construção de uma siderúrgica no Brasil. Em troca, garantiu a entrada de produtos estadunidenses e do fornecimento de matéria prima. Com relação à política externa, o Brasil, inicialmente, declarou-se neutro diante do contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) mas, posteriormente, participou do conflito apoiando os países aliados (Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética).

Em relação à **Política da Boa Vizinhança,** ela foi implementada, como dito anteriormente, durante o governo Roosevelt nos Estados Unidos e representava uma estratégia de relacionamento mais amigável e menos violento com a América Latina. Dentre as suas principais características é possível destacar o **abandono da prática intervencionista** na América Latina (sobretudo aquela que ficou conhecida como o **Big Stick**, o "Grande Porrete"), a qual existia nas relações dos Estados Unidos desde o final do século XIX. A partir de então, adotou-se uma forma de **negociação diplomática** e de **colaboração econômica e militar**, as quais possuíam o objetivo centrar de **restringir a influência europeia** na região. O resultado esperado era a manutenção da estabilidade política no continente e a garantia da liderança dos Estados Unidos no hemisfério ocidental.

Com relação às questões econômicas, a política da Boa Vizinhança também buscava a recuperação dos Estados Unidos diante dos efeitos causados pela crise de 1929, que afetou abruptamente a economia estadunidense. O discurso utilizado, neste sentido, destacava a solidariedade e a cooperação entre os países americanos, o que iria favorecer o estabelecimento dos EUA enquanto país influente na região.

Em meio a tal cenário, a instituição dessa nova estratégia com a América Latina significou uma grande vitória por parte do governo estadunidense, o qual defendia o livre-cambismo (ou seja, relações entre os países sem restrições feitas por parte do Estado). Superadas as dificuldades provenientes da grande depressão de 1929, os EUA passaram a alçar novos planos e adotaram uma política que, a partir de então, seria utilizada para a reconstrução da economia europeia e, consequentemente, para a redução do poder soviético, uma vez que estes seriam os países mais importantes no contexto de Guerra Fria (após 1945). A alternativa correta, portanto, é a letra [E].

Gabarito: E

---

9. (FGV - Adaptada)

> Leia o discurso proferido por Tancredo Neves, no plenário da Câmara dos Deputados, em 15 de janeiro de 1985.
>
> Brasileiros, neste momento, alto na História, orgulhamo-nos de pertencer a um povo que não se abate, que sabe afastar o medo e não aceita acolher o ódio. A Nação inteira comunga deste ato de esperança. Reencontramos, depois de ilusões perdidas e pesados sacrifícios, o bom e velho caminho democrático. Não há Pátria onde falta democracia. (...)
>
> O entendimento nacional não exclui o confronto das ideias, a defesa de doutrinas políticas divergentes, a pluralidade de opiniões. Não pretendemos entendimento que signifique capitulação, nem um morno encontro dos antagonistas políticos em região de imobilismo e apatia. O entendimento se faz em torno de razões maiores, as da preservação da integridade e da soberania nacionais. (...) Esta memorável campanha confirmou a ilimitada fé que tenho

em nosso povo. Nunca, em nossa história, tivemos tanta gente nas ruas, para reclamar a recuperação dos direitos de cidadania e manifestar seu apoio a um candidato. (...)

Não vamos nos dispersar. Continuemos reunidos, como nas praças públicas, com a mesma emoção, a mesma dignidade e a mesma decisão.

http://tancredo-neves.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=68:presidente-eleito-brasilia-15-01-1985&catid=42:discursos&Itemid=125. Acesso em 18 de fevereiro de 2018.

Assinale a alternativa correta:

A) Tancredo Neves foi o principal líder da oposição política à Ditadura Militar no Brasil e sua eleição indireta em 1985 representou uma ruptura sem conciliações com os setores que apoiaram os militares, a partir de 1964.

B) Com perfil moderado, Tancredo Neves, que havia sido primeiro-ministro durante o governo de João Goulart, entre setembro de 1961 e junho de 1962, articulou a composição política que instaurou a chamada Nova República em 1985.

C) A eleição direta de Tancredo Neves em 1985 significou o fim da Ditadura Militar no Brasil e garantiu o pleno estabelecimento do regime democrático com a instauração do pluripartidarismo.

D) Como governador de Minas Gerais, Tancredo Neves liderou o processo de anistia aos presos políticos e exilados durante a Ditadura Militar no Brasil e promoveu a campanha pelas eleições diretas em 1985.

E) Vinculado aos sindicatos de trabalhadores, à esquerda democrática e ao trabalhismo, Tancredo Neves foi o principal herdeiro político de Getúlio Vargas e de João Goulart, em cujos governos exerceu o cargo de ministro da Justiça.

Comentários

O excerto trazido pela banca nos apresenta um trecho do discurso de Tancredo Neves, o primeiro presidente civil após o regime militar, eleito de forma **indireta** através de um Colégio Eleitoral (um órgão eleitoral formado por um conjunto de eleitores que possuíam o poder de um corpo deliberativo para eleger determinada pessoa a um posto político específico).

Com relação à trajetória de Tancredo Neves, é importante lembrar que, após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, ocorreu um dilema quanto à sua sucessão. A presidência deveria ser passada ao seu vice-presidente, João Goulart, mas o mesmo se encontrava em viagem diplomática na China. Diante disso, Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados, assumiu a presidência de forma provisória.

João Goulart, por sua vez, não despertava o desejo de grande parte dos políticos e do setor militar, uma vez que ele possuía uma longa trajetória dentro do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). A partir de então, dois grupos se formaram: um contrário à posse de Jango, acusando-o de ser comunista, liderado por militares, udenistas e grandes empresários; outro, liderado por sindicalistas e trabalhadores, profissionais liberais e pequenos empresários, que era favorável à sua posse.

Em meio a esta situação, negociou-se uma solução política: o vice-presidente, Jango, assumiria o cargo, desde que fosse instituído o sistema **parlamentarista**, no qual o Poder Executivo seria dividido com um primeiro-ministro indicado pelo Legislativo. Na prática, João Goulart assumiria a presidência, mas seus poderes decisórios seriam limitados pelo Congresso Nacional. Jango aceitou as condições e tomou posse no dia 07 de setembro de 1961, sendo que Tancredo Neves foi o primeiro-ministro deste período.

Nos anos finais da Ditadura, a partir da década de 1980, pressões para a retomada das eleições diretas aconteceram por parte da oposição política. Em 1983 foi apresentado um projeto de Emenda Constitucional pelo deputado Dante de Oliveira, em defesa das eleições diretas. Contudo, o projeto não foi aprovado e as eleições diretas foram postergadas, tendo ocorrido somente no ano de 1989.

Mesmo em oposição à vontade da população brasileira, teve seguimento o processo das eleições **indiretas**, concorrendo à presidência Paulo Maluf (PDS, partido representante do governo), e **Tancredo Neves** (membro pertencente ao PMDB e com o apoio de uma aliança de ex-membros do PDS, na chamada Frente Liberal, representando uma **oposição moderada e controlada** aos militares). Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito o primeiro presidente civil do pós-ditadura. Contudo, devido à grave enfermidade, não chegou a tomar posse no cargo, tendo sido internado e passado por sucessivas cirurgias. Faleceu em 21 de abril de 1985 e seu vice, José Sarney, assumiu o mandato. A despeito da morte de Tancredo, sua vitória deu início àquela que ficou conhecida como a **Nova República Brasileira**.

Com relação às alternativas, a letra [A] está incorreta por falar em "ruptura sem conciliações", algo que sabemos ser uma inverdade, visto que houve uma ruptura gradual com a ditadura. Além disso, Tancredo não foi político de oposição durante a ditadura. A letra [C] está incorreta por falar em eleições diretas em 1985, algo que não ocorreu (foram indiretas). A alternativa [D] também não é a correta, retomando a questão das eleições de 1985: foram indiretas, e não diretas. A letra [E], por fim, está incorreta dado que Tancredo Neves não estava vinculado ao trabalhismo brasileiro. A alternativa [B], portanto, é a correta.

Gabarito: B

---

10. (FGV - Adaptada)

> [Em novembro de 1937], (...) ao falar em organizar a juventude com a finalidade "de promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a Nação, [o ministro da Justiça Francisco] Campos estava pensando em instituições voltadas para a mobilização e a militarização dos jovens. (...)
>
> Consciente de que não poderia contar com o apoio de Gustavo Capanema para a efetivação de seu projeto de mobilização política da juventude através do sistema de ensino e tendo fracassado na sua tentativa de afastá-lo do Ministério da Educação e Saúde, Campos planejava reunir os jovens em um sistema e criar para isto uma grande organização nacional, sob a dependência direta do Ministério da Justiça, isto é, dele mesmo.
>
> José Silvério Baía Horta. *O hino, o sermão e a ordem do dia:* a educação no Brasil (1930-1945), 1994.

Considerando o fragmento e o contexto do Estado Novo, é correto afirmar que

A) o prestígio do ministro Francisco Campos podia ser dimensionado pela importância que Getúlio Vargas deu ao projeto da juventude brasileira, com recursos financeiros, apoio político e aval da Câmara dos Deputados, e foi implantado durante a Segunda Guerra, encaminhando o Brasil em direção aos interesses dos Estados Unidos e dos Aliados.

B) a efetivação da Juventude Brasileira, que tinha como patrono Duque de Caxias, funcionando apenas no Rio de Janeiro e em algumas outras capitais brasileiras, desencadeou um sério conflito entre vários líderes do Estado Novo, o que enfraqueceu o regime autoritário, que perdia as suas bases de sustentação por conta da forte oposição liberal nascida nos estados nordestinos.

C) o ministro Francisco Campos, um notável articulador político, soube convencer o ministro Capanema das vantagens em organizar militarmente os estudantes brasileiros, assim o projeto inicial foi ampliado e, durante boa parte do Estado Novo, os jovens brasileiros receberam instruções sobre o uso de armas, civismo e condicionamento físico.

D) o ministro da Justiça do Estado Novo, apesar da sua função relevante de autor da Constituição de 1937, ocupava poucos espaços políticos na ordem derivada do golpe de Estado, e a proposta de uma organização militar para a juventude dificilmente contaria com o apoio do presidente Vargas, avesso às práticas físicas e esportivas, que desviavam a população do trabalho.

E) o ministro Francisco Campos, um dos mais importantes ideólogos do autoritarismo, defendia uma organização da juventude brasileira em formato parecido com as experiências das nações nazifascistas, e, ao mesmo tempo, a oposição do ministro Capanema a esse projeto mostra o governo ditatorial de Vargas marcado por divergências políticas entre os seus ministros.

Comentários

A questão trazida pela banca possui um nível elevado de dificuldade, a despeito de o assunto cobrado ser muito recorrente em provas e concursos que tragam questões sobre História: **Estado Novo**. Antes de partirmos diretamente para a resolução da questão, vale trazer algumas características sobre o primeiro período em que Vargas esteve à frente da presidência do Brasil, conhecido como **Era Vargas** (1930-1945).

Vargas presidiu o país em três momentos distintos da Era Vargas: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e, por fim, aquele que nos interessa mais especificamente, o **Estado Novo** (1937-1945), de caráter ditatorial. De acordo com a Constituição de 1934, o mandato de Vargas terminaria em 1938. No final de setembro de 1937, o serviço secreto do Exército noticiou a descoberta de um suposto plano de conquista do poder, organizado pelos comunistas, que ficou conhecido como **Plano Cohen**. Este plano foi uma farsa elaborada pelo próprio governo, com o apoio dos integralistas, para se manterem no governo.

Em nome do combate ao "perigo comunista", decretou-se estado de guerra e a polícia prendeu grande parte dos adversários do governo. Em 10 de novembro de 1937, Vargas ordenou o cerco ao Congresso Nacional, impôs o fechamento do Legislativo e outorgou (impôs) uma nova Constituição

(conhecida como a **Constituição Polaca**, em alusão à Constituição Polonesa de caráter fascista), dando início ao período ditatorial conhecido do **Estado Novo.**

Uma das características deste governo de Getúlio Vargas diz respeito à presença de auxiliares próximos com posições ideologicamente distintas. Neste sentido, podemos observar Osvaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores, e Filinto Müller, chefe da Polícia do Distrito Federal, cujas posições em relação ao contexto externo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) eram opostas dentro do governo. Com relação a Francisco Campos, citado no excerto, ele era ministro da Justiça de Vargas e admirador dos regimes totalitários. Defendia a aproximação entre o Brasil e a Alemanha nazista; Gustavo Capanema, ministro da Educação, possuía formação liberal e era contrário aos ideais totalitários.

Tal contexto mostrava que não havia uma unidade de pensamento político dentro do regime ditatorial do Estado Novo, sendo o mesmo marcado por divergências políticas e ideológicas entre os seus ministros. Assim sendo, a alternativa correta é a letra [E].

Gabarito: E

---

11. (FGV - Adaptada)

O excerto a seguir faz parte do parecer de uma comissão da Câmara dos Deputados sobre a lei de 1871, que discutia a escravidão no Brasil.

"Sem educação nem instrução, embebe-se nos vícios mais próprios do homem não civilizado. Convivendo com gente de raça superior, inocula nela os seus maus hábitos. Sem jus ao produto do trabalho, busca no roubo os meios de satisfação dos apetites. Sem laços de família, procede como inimigo ou estranho à sociedade, que o repele. Vaga Vênus arroja aos maiores excessos aquele ardente sangue líbico; e o concubinato em larga escala é tolerado, quando não animado, facultando-se assim aos jovens de ambos os sexos, para espetáculo doméstico, o mais torpe dos exemplos. Finalmente, com as degradantes cenas da servidão, não pode a mais ilustrada das sociedades deixar de corromper-se."

(*apud* Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador*. 2003)

No trecho, há um argumento

A) político, que reconhece a importância da emancipação dos escravos, ainda que de forma paulatina, para a construção de novos elementos de cidadania social, condição mínima para o país abandonar a violência cotidiana e sistemática contra a maioria da população.

B) social, que assinala a inconsistência da defesa do fim da escravidão no país, em razão da incapacidade dos homens escravizados de participar das estruturas hierárquicas e culturais, estabelecidas ao longo dos séculos, durante os quais prevaleceu o trabalho compulsório.

C) econômico, que distingue os cidadãos ativos dos passivos, estes considerados um estorvo para as atividades produtivas, fossem na agricultora ou na procura de metais preciosos, por causa da desmotivação para o trabalho, elemento central para explicar a estagnação econômica do país.

D) cultural, que se consubstancia na impossibilidade da convivência entre homens livres e homens libertos e tenderia a produzir efeitos sociais devastadores, como tensões raciais violentas e permanentes, a exemplo do que já ocorria no sul dos Estados Unidos.

E) moral, que aponta para os malefícios que a experiência da escravidão provoca nos próprios escravos e que esses malefícios terminam por contaminar toda a sociedade, mostrando, em síntese, que os brancos eram muito prejudicados pela ordem escravocrata.

Comentários

A banca traz uma questão em que pudemos ler o trecho de um parecer da Câmara dos Deputados acerca da lei de 1871, conhecida como a **Lei do Ventre Livre,** que declarava livres todos os filhos nascidos de mãe escrava a partir de sua promulgação, além de liberar os donos de escravos da obrigação de alimentar os filhos dos escravos. Além disso, ela também permitia que os escravos que tivessem juntado dinheiro o suficiente para comprar a sua liberdade (**alforria**), entrassem na Justiça para o devido fim.

Com relação ao trecho, a banca deseja saber qual foi o argumento utilizado para embasá-lo, uma vez que o contexto da segunda metade do século XIX foi fundamental nos debates acerca da libertação dos negros escravizados.

Através da leitura de cada uma das alternativas e de uma releitura atenta do excerto, observamos que, no documento, existe um argumento que versa sobre a **moralidade,** apontando para os malefícios que a experiência da escravidão provoca nos próprios escravos e que acaba por "contaminar" o restante da sociedade, inclusive os brancos, que seriam membros de uma parcela tida como mais "avançada".

Neste parecer, o argumento moral de que a ordem escravocrata prejudicava a todos é significativamente destacado, uma vez que até a mais ilustrada das sociedades não fica imune ao atraso e à degradação representada pela escravidão.

Diante do que foi acima exposto, podemos compreender que a alternativa que melhor representa o argumento do trecho é a letra [E].

Gabarito: E

---

12. (FGV - Adaptada)

Na primeira metade da década de 1980, começaram a surgir as propostas iniciais de política anti-inflacionária alternativa. Esses estudos constituíram o pano de fundo para o Plano Cruzado, lançado em 1986. Em 1994, o Plano Real enfim conseguiria domar a inflação. No intervalo desses dois planos, houve uma sucessão de outros (...).

VIDAL LUNA, F. e KLEIN, H. S., *O Brasil desde 1980.* São Paulo: A Girafa Editora, 2007, p. 75.

A respeito de um dos planos econômicos implementados no Brasil no período citado pelo texto acima, é correto afirmar:

A) O Plano Collor, de 1990, caracterizou-se pelo confisco de valores monetários das contas correntes e por uma política econômica protecionista.

B) O Plano Real, de 1994, caracterizou-se pela estabilização da moeda e pela ampliação de medidas protecionistas.

C) O Plano Bresser, de 1987, caracterizou-se pelo rompimento com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e por seu caráter liberal.

D) O Plano Verão, de 1989, caracterizou-se pela nacionalização das empresas estrangeiras e pelo controle da remessa de divisas ao exterior.

E) O Plano Cruzado, de 1986, caracterizou-se pelo tabelamento de preços e pela intervenção do Estado na economia.

Comentários

A questão nos apresenta o contexto histórico em que os planos econômicos brasileiros ganharam relevância, sobretudo com o final da Ditadura Militar que vigorou entre 1964 e 1985. O intuito destes planos era estabilizar a moeda brasileira e reduzir a inflação que, à época, consumia boa parte da moeda brasileira e significava a alteração constante no preço das mercadorias, além da redução brusca no valor dos salários dos trabalhadores.

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito de forma **indireta** como o primeiro presidente civil desde a ditadura militar. Contudo, devido a uma grave enfermidade, não chegou a tomar posse no cargo, tendo sido internado e passado por sucessivas cirurgias neste período. Faleceu em 21 de abril de 1985 e seu vice, José Sarney, assumiu o mandato.

Sarney governou entre 1985 e 1990 e enfrentou problemas ligados à fome, falta de moradia e péssimas condições de saúde, além de uma inflação enorme. Os economistas de seu governo, porém, acreditavam que os problemas não seriam resolvidos com políticas sociais, caso a inflação não fosse contida.

Em meio a este cenário, em 28 de fevereiro de 1986, o governo instituiu o **Plano Cruzado**, cujas medidas foram: congelamento dos preços das mercadorias, extinção do cruzeiro e criação de uma nova moeda, o **cruzado**, fim da correção monetária e congelamento dos salários, que seriam reajustados automaticamente sempre que a inflação atingisse 20% (o que ficou conhecido como **gatilho fiscal**), além de uma maior intervenção do Estado na economia.

Em 02 de novembro de 1986, foi instituído o **Plano Cruzado II,** que liberou os preços dos produtos e serviços, determinou que o reajuste dos aluguéis fosse negociado diretamente entre inquilinos e proprietários e alterou o cálculo da inflação, cuja base passou a ser os gastos com famílias com renda de até 5 salários mínimos. Este plano, por sua vez, também fracassou, uma vez que as importações aumentaram e as exportações reduziram, diminuindo, com isso, as reservas cambiais.

Em abril de 1987, Luiz Carlos Bresser assumiu o Ministério da Fazenda em substituição a Dilson Funaro. Em junho do mesmo ano foi colocado em prática o chamado **Plano Bresser**, que congelava novamente os preços e salários, mas tinha maior flexibilidade do que as medidas anteriores, já que previa a duração de 90 dias para o tabelamento dos preços. Ademais, tarifas do setor público também foram congeladas. Inicialmente, o plano obteve sucesso, visto que reduziu a inflação de 26%, em junho, para 3%, em julho. Em agosto, porém, a inflação voltou a crescer, sendo que o plano durou apenas 6 meses.

No dia 15 de janeiro de 1989, adotou-se o **Plano Verão**, cujas principais medidas foram: congelamento dos preços, serviços e tarifas por tempo indeterminado; desvalorização da taxa de câmbio, criação de uma nova moeda, o **cruzado novo**, reajustamento de tarifas públicas (telefonia, energia elétrica, gasolina), dente outras medidas que, porém, não surtiram o efeito desejado. Ao final do mandato de Sarney, a crise econômica continuava grave.

Em 17 de dezembro de 1989, Fernando Collor de Mello (PRN), ex-governador de Alagoas, derrotou Luís Inácio Lula da Silva (PT). Seu plano de governo visava à privatização de empresas estatais, o combate aos monopólios, abertura do país à concorrência internacional e a desburocratização das regulamentações econômicas. No dia seguinte à posse, em 16 de março de 1990, Collor anunciou aquele que ficou conhecido como o **Plano Collor I,** que bloqueava contas e aplicações em bancos, confiscou cerca de 80% do dinheiro que circulava no país e extinguiu o cruzado novo, restabelecendo o **cruzeiro** como moeda oficial.

Em 31 de janeiro de 1991 foi estabelecido o **Plano Collor II**, que congelou os preços e salários, aumentou as tarifas públicas e criou a TR (taxa de referência de juros). Estabeleceu, também, a TRD (taxa referencial diária) como fator de correção da poupança. Após um controle inicial da inflação, ela voltou a crescer e o governo perdeu credibilidade.

No dia 02 de outubro de 1992, em razão do processo de *impeachment* movido contra Fernando Collor, Itamar Franco, até então o vice de Collor, assumiu a presidência interina da República, até 29 de dezembro do mesmo ano, quando, durante o julgamento no Senado, Collor entregou sua carta-renúncia. O Senado cassou seus direitos políticos por oito anos.

Com a saída de Collor, Itamar Franco assumiu de forma efetiva a presidência, ficando até 1994. Nomeou como seu ministro das Relações Exteriores e, meses depois, da Fazenda, o então senador Fernando Henrique Cardoso, responsável por elaborar o **Plano Real**, que objetivava acabar com a inflação e estabilizar a economia. Entrou em vigor em 1º de julho de 1994, com a adoção de uma nova moeda, o **real**. Inicialmente visto com desconfiança, o plano contribuiu para a redução da inflação e, consequentemente, para impulsionar a candidatura de FHC à presidência, nas eleições de 1994.

Com tais exposições, podemos chegar à conclusão de que a alternativa correta é a letra [E], que fala sobre o Plano Cruzado instituído por José Sarney em 1986.

Gabarito: E

PRIMEIRO PASSO: HISTÓRIA ANTIGA

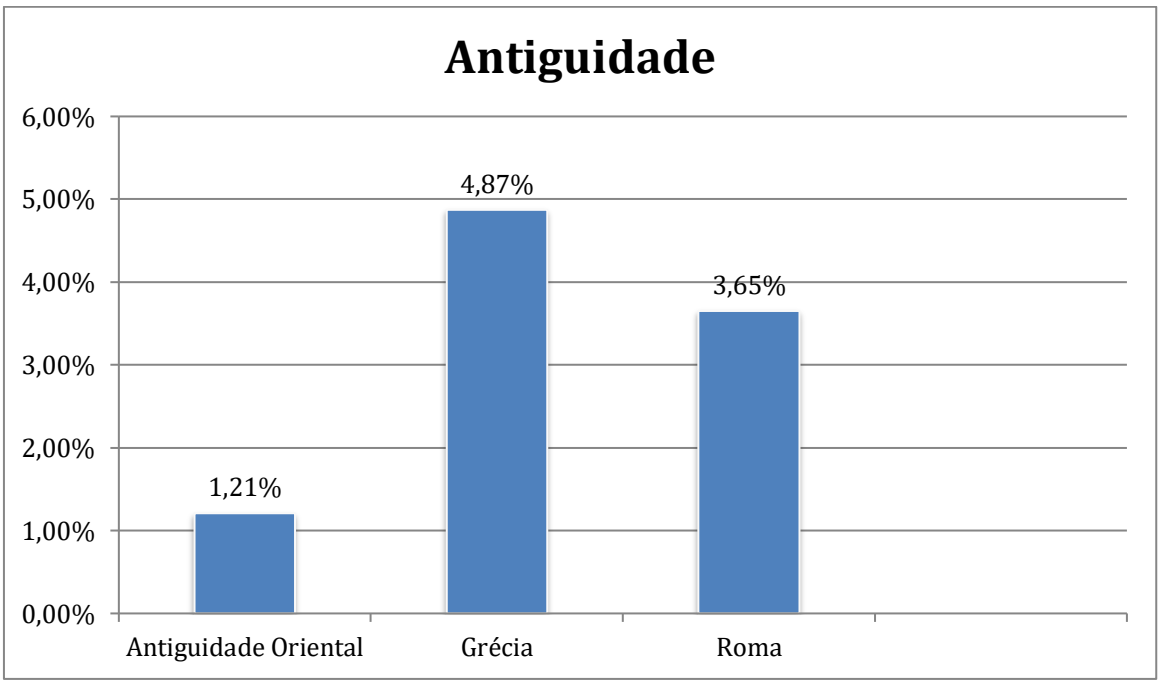
A tabela abaixo apresenta as porcentagens e a relevância dos temas, desenvolvida pelos professores do Estratégia Concursos (neste caso do professor Túlio Lage), sobre a importância de cada assunto cobrado**.**

% de cobrança	Importância do assunto
Até 2,9%	Baixa
De 3% a 6,9%	Média
De 7% a 9,9%	Alta
10% ou mais	Muito Alta

Tabela 2

Sobre Antiguidade podemos dividir em 3 temas:

1. Antiguidade Oriental: **1 Questão. 1,21% de incidência** e 12,5% (do período histórico);
2. Grécia: **4 questões. 4,87% de incidência,** 50% (do período histórico);
3. Roma: **3 questões. 3,65% de incidência,** 37,5% (do período histórico).



O QUE CONSTA NO EDITAL DE HISTÓRIA ANTIGA

História Antiga possui uma incidência média na prova e concentram-se em dois assuntos principais Grécia e Roma.

Não gaste muita energia estudando Egito, Mesopotâmia, Persas e Fenícios. A única questão que fugiu do padrão Grécia e Roma foi em 2015 quando as mídias e meios de comunicação noticiavam o tempo todo, as ações terroristas do Estado Islâmico, que naquele contexto estava destruindo templos, o que nos remete aos mesopotâmicos, os povos que fundaram a civilização, e perguntaram aspectos gerais bem simples. Vale a pena revisarmos os principais pontos, pois em março de 2019 foi extensamente noticiado pelos meios de comunicação, a derrota do Estado Islâmico que perdeu todas as áreas que estavam sob seu controle. Uma dica sobre relações de antiguidade com temas atuais é ficar de olho nos povos Hebreus, pois com as polêmicas em torno da transferência para Jerusalém da embaixada dos EUA, o tema vem à tona. Também assuntos relativos à fundação de Israel, a primeira grande ação internacional da ONU, que na época era presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, quando foi feita a partilha da Palestina entre os árabes e os judeus, sob o princípio de "duas nações, dois Estados" (dica sobre o tema no Passo estratégico de História contemporânea). Sobre o judaísmo a banca faria uma questão simples, como por exemplo:

(Exclusiva – Modelo Vunesp) Os Hebreus foram um povo que habitou a região da Antiga Mesopotâmia. Assinale a alternativa que indica a principal particularidade religiosa desse grupo na antiguidade.

A) Foram os primeiros a registrar seus princípios religiosos num livro sagrado.

B) Só se permitiam adorar Jeová e os imperadores romanos.

C) Acreditavam na reencarnação da alma no mesmo corpo.

D) Foram os primeiros a se organizarem em uma religião Monoteista.

E) Foram os primeiros a desenvolverem um calendário para organizar o tempo religioso.

Gabarito: D

Fique atento, que Jerusalém é uma cidade sagrada para as três religiões monoteístas: Judaísmo, cristianismo e Islamismo. Lá estão importantes templos e relíquias dos três grupos. Para a ONU é uma cidade que deveria ser administrada pelas nações unidas, mas ela fica na Cisjordânia, território parcialmente ocupado por Israel, que transferiu para lá sua capital que para eles é una e indivisível.

O tema Grécia e Roma são muito amplos, mas o que já caiu foi bem simples e recortado: A democracia e cidadania em Atenas e a expansão e decadência do Império Romano. Então devemos focar principalmente nesses assuntos e somente nos preocuparmos com os aspectos gerais que podem ser cobrados, mas a tendência da banca é seguir esta linha.

ORIENTAÇÕES DE ESTUDO (CHECKLIST DE REVISÃO) E PONTOS A DESTACAR

1. ANTIGUIDADE ORIENTAL

1. Esse tema possui uma incidência baixa, no entanto fique atento para as características gerais da Mesopotâmia e Egito, que são chamadas de civilizações do crescente fértil, pois surgiram da sedentarização (fixação promovida pelo desenvolvimento da agricultura).
2. A primeira forma de escrita foi criada pelos mesopotâmicos: A escrita cuneiforme.
3. O primeiro código de leis escritas surgiu na mesopotâmia: O código de Hamurabi "olho por olho, dente por dente".
4. Os egípcios eram politeístas e acreditavam na reencarnação no mesmo corpo. Por isso faziam o processo de mumificação. As pirâmides eram túmulos dos grandes imperadores.
5. Os deuses egípcios eram principalmente antropozoomórficos, ou seja, possuíam corpo de homem e cabeça de animais.

As civilizações do Crescente Fértil possuem várias características comuns:

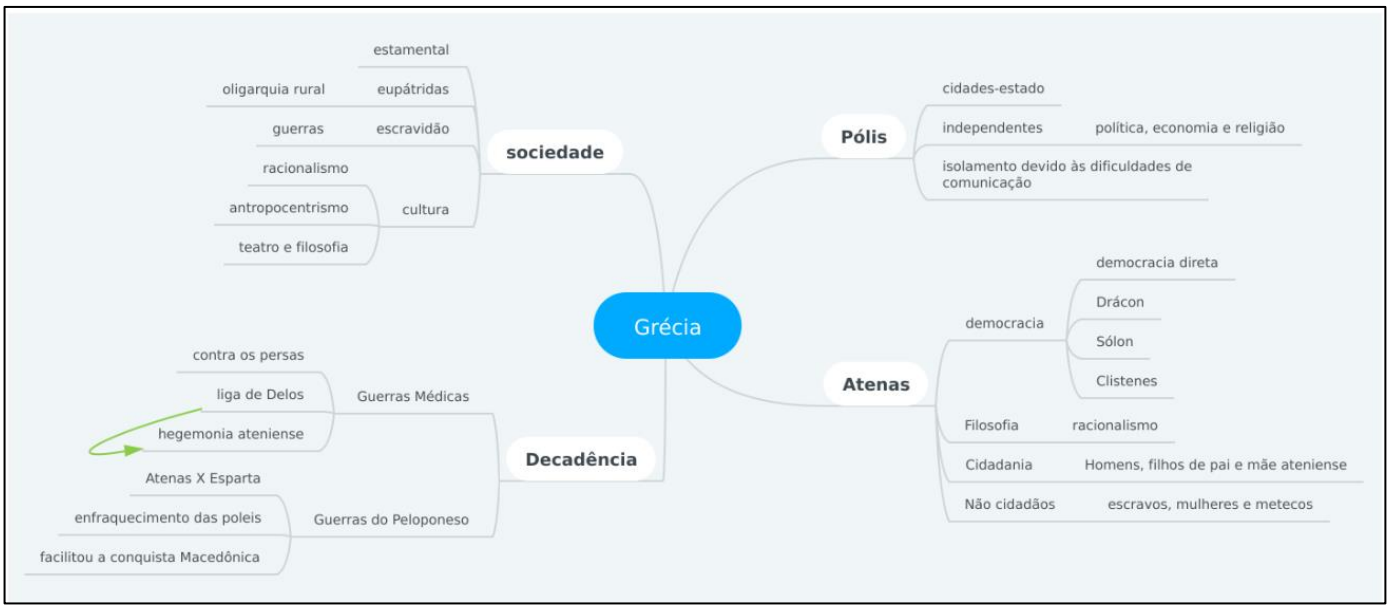
6. São Estados Teocráticos: O imperador é considerado Deus.
7. Não há propriedade privada da terra, pois todas são do Estado.
8. Todo o povo é servo do Estado que organiza a produção através de um esquema de **servidão coletiva** para a construção de grandes obras.
9. Construção de grandes obras hidráulicas como pontes, canais e diques de proteção para a agricultura.
10. Surgiram às margens de grandes rios (por isso também são chamadas de sociedades do Regadio). A mesopotâmia entre os rios Tigre e Eufrates e o Egito no rio Nilo. Produziam trigo, aveia e cevada.
11. Eram politeístas (acreditavam em vários deuses).

2. GRÉCIA

1. Os gregos se organizavam nas *Pólis* (cidade-estado): unidades urbanas independentes. Uma das razões é o relevo montanhoso que tornava difícil a comunicação entre os núcleos urbanos.
2. Cada cidade-estado possuía sua própria cultura, culto a um deus principal e organização política própria.
3. Os deuses gregos eram antropomórficos: "a imagem e semelhança dos homens".

4. Devido as dificuldades de deslocamento por terra os gregos tornaram-se grandes navegadores e realizavam um intenso comércio marítimo.
5. As duas principais cidades-estados eram Atenas (cultura e filosofia) Esparta (militarismo)
6. Nunca existiu um grande Estado grego. O que os unia era a língua e a cultura.
7. A Grécia é uma civilização escravista. Havia a escravidão por dívida e por guerra. Tinham os gregos um profundo desprezo ao trabalho.
8. A sociedade grega era estamental, ou seja, não havia mobilidade social.
9. Esparta: Cidade quartel. Homens e mulheres faziam treinamento militar. Os meninos eram retirados da família aos 7 anos e treinado até a vida adulta.
10. A guerra era constante e os prisioneiros escravizados. O exército era somente da elite proprietária de terras (eupátridas), pois eram os próprios militares que custeavam as armas.
11. Cidadania espartana: filho de pai e mãe espartano e serviu o exército.
12. Eugenia: "purificação racial". Os nascidos com qualquer defeito congênito eram sacrificados. Conceito retomado no século XIX e adotado no nazismo.
13. Cidadania em Atenas: filho de pai e mãe ateniense, nascido na cidade e que cumpriu serviço militar.
14. **A democracia grega surgiu a partir de lutas sociais e o trabalho dos legisladores: Drácon (leis escritas), Sólon (abolição da escravidão por dívidas) e Clistenes (continuador da obra de Sólon. Ampliação e consolidação da democracia.**
15. **Os gregos valorizavam muito a política, e a participação dos cidadãos na vida da pólis era essencial. Quem se furtava de participar era muito mal visto.**
16. **Gregos e Romanos tinham um profundo desprezo pelo trabalho manual, que para eles aproximava o homem do animal.**
17. **Democracia direta (grega): Nas democracias são realizadas assembleias para que todos os cidadãos possam participar e discutir os principais problemas da Polis. Ao final eram realizadas as votações em que todos os participantes da assembleia pudessem votar. O acesso à discussão política e ao voto eram diretos para o cidadão.**
18. **Democracia indireta (ou representativa): O modelo de participação popular que se desenvolveu a partir das ideias iluministas e a Revolução Francesa. A partir do século XVIII com as ideias liberais (iluminismo), ressurge o conceito de cidadania. O cidadão tem não só deveres (como era na idade média e no absolutismo), mas também direitos, como a liberdade de expressão, organização e participação política. Contudo os cidadãos não participam diretamente das assembleias, suas discussões e votações. Ele tem direito ao voto em um representante nas assembleias do país, estado ou município. Aquele representante eleito é que votará nas assembleias em nome de quem votou nele. É assim que funciona na maioria dos países democráticos.**

19. A decadência da Civilização grega está ligada as Guerras Médicas e do Peloponeso. As Médicas foram contra os persas, e Atenas tornou-se uma potência controlando os recursos da guerra através da Liga de Delos, e passou a impor seu poder às demais pólis.
20. Após as Guerras Médicas, Esparta não aceitou a dominação ateniense e entraram em guerra: A guerra do Peloponeso enfraqueceu as cidades-estados e facilitou a conquista da Grécia pela Macedônia do imperador Alexandre o Grande.
21. A Grécia é o berço da civilização ocidental. Lá surgiu o pensamento filosófico racional através da busca de um conhecimento sólido e válido através da razão, a democracia (direta) e os princípios da cidadania, o teatro e o antropocentrismo (o homem como o centro do universo).
22. No império de Alexandre o Grande surgiu o helenismo, a fusão da cultura grega (ocidental) e macedônia (oriental). Casamentos mistos eram estimulados.



3. ROMA

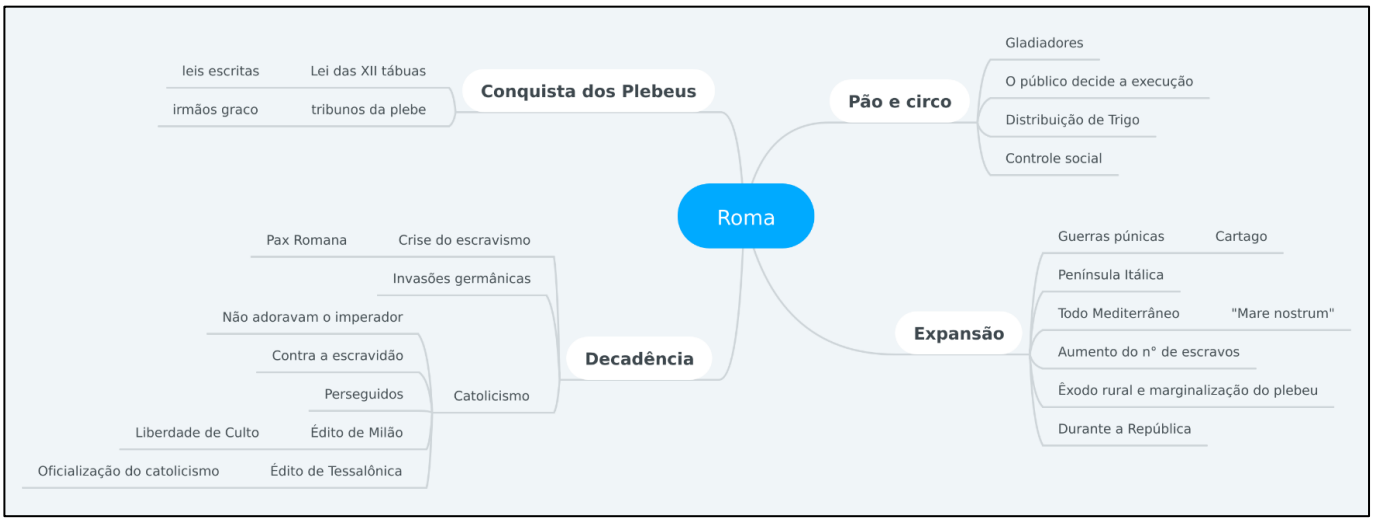
1. Roma em sua longa trajetória política foi inicialmente uma monarquia, uma República expansionista e por fim um Império.
2. Assim como os gregos eram politeístas, escravistas (prisioneiros de guerra), e formavam uma sociedade estamental (sem mobilidade social).
3. Principal órgão da república: Senado.
4. Principais magistrados: Questor, censor, pretor.

5. Expansão: conquista de terras e escravos. Teve início com as Guerras Púnicas (contra Cartago), conquistaram a península itálica e expandiram ao redor do mar Mediterrâneo (Mare Nostrum).



6. Irmãos Graco: Caio e Tibério eram tribunos da plebe (representação dos plebeus no senado romano) defendiam no senado a reforma agrária.
7. Lei das XII tábuas: primeiro código escrito romano.
8. Após uma grande disputa de poder no auge da República Romana, após o assassinato de Júlio César pelos senadores (pois tentou centralizar em si o poder) e mais conflitos, Otávio torna-se o primeiro imperador Romano, e recebeu o título de Augusto (Divino).
9. Entre os mecanismos de controle social temos a Política do Pão e Circo (espetáculos de gladiadores e distribuição gratuita de grãos de trigo) e também a adoração oficial ao imperador.
10. Otávio Augusto decretou a PAX ROMANA, o fim da expansão militar, por considerar conquistado todos territórios de interesse romano. Isso provocou a crise do escravismo, pois a mão de obra era decorrente das conquistas militares.
11. O surgimento do cristianismo está diretamente ligado à queda de Roma, pois negavam-se a adorar o imperador (eram monoteístas) e eram contrários à escravidão. Aos poucos os fiéis multiplicaram-se até tornarem-se maioria no Império.
12. Os primeiros cristãos eram perseguidos e jogados aos leões no coliseu por razões políticas: Não adoravam o imperador e eram contra a escravidão.
13. O império romano passou a sofrer invasões – por 5 séculos- dos povos germânicos, que recuavam diante do avanço dos hunos. Ocorreram invasões violentas e outras relativamente pacíficas.
14. Os romanos chamavam os germânicos de Bárbaros. Só consideravam civilizados aqueles que falavam latim ou grego.
15. Em 313 o imperador Constantino decretou o Édito de Milão, que dava liberdade de Culto aos cristãos.

16. Teodósio em 380 decretou o Édito de Tessalônica, tornando o catolicismo a religião oficial romana e em 395 dividiu o império em 2: Império Romano do Ocidente, com capital em Roma e Império Romano do Oriente, com capital em Constantinopla.



17. A decadência do Império Romano ocorreu devido a 3 fatores: A crise do escravismo (decorrente da Pax Romana), o surgimento e proliferação do cristianismo e as invasões germânicas.

QUESTÕES DE REVISÃO

1. (FGV – Adaptada)

A vida privada dos escravos romanos à época do Império é um espetáculo pueril que se olha com desdém. No entanto, esses homens tinham vida própria; por exemplo, participavam da religião, e não apenas da religião do lar que, afinal, era o seu: fora de casa, um escravo podia perfeitamente ser aceito como sacerdote pelos fiéis de alguma devoção coletiva; podia também se tornar padre dessa Igreja cristã que nem por um momento pensou em abolir a escravidão. Paganismo ou cristianismo, é possível que as coisas religiosas os tenham atraído muito, pois bem poucos outros setores estavam abertos para eles. Os escravos também se apaixonavam pelos espetáculos públicos do teatro, do circo e da arena, pois, nos dias de festa, tinham folga, assim como os tribunais, as crianças das escolas e... os burros de carga.

(Paul Veyne, *O Império Romano*. Em: Paul Veyne (org.). História da vida privada v. 1: do Império Romano ao ano mil, 2009. Adaptado)

A partir da discussão presente no trecho, é correto afirmar:

A) a característica fundante do escravismo romano era a origem étnica, o que fazia com que a escravização dos povos conquistados e o tráfico nas fronteiras do Império proporcionassem a grande maioria da mão de obra servil, ao mesmo tempo em que a escravidão entre os próprios romanos havia caído em desuso desde a crise da República.

B) os escravos na sociedade romana não eram uma coisa, mas seres humanos, na medida em que até os senhores que os tratavam desumanamente impunham-lhes o dever moral de ser bons escravos, de servir com dedicação e fidelidade, características necessariamente humanas; no entanto, esses seres humanos eram igualmente um bem cuja propriedade seu amo detinha.

C) a escravidão caracterizava as relações de produção em Roma e os escravos, em sua inferioridade jurídica, desempenhavam uma função produtiva, marcados por um lugar social de pobreza, privação e precariedade, estando associados às formas braçais de trabalho e à produção de bens materiais em uma sociedade altamente hierarquizada.

D) a justificativa moral da escravidão sofreu uma intensa transformação ao longo dos séculos, de tal forma que a própria sociedade romana passou a questioná-la, tornando mais brandas as relações escravistas em meio à transformação do cristianismo em religião oficial do Império, o que contribuiu para o aprofundamento da crise do escravismo.

E) as relações escravistas caracterizaram os tempos da República romana, muito associadas ao poder dos patrícios, pertencentes à aristocracia de grandes proprietários, mas entraram em decadência na passagem para o Império, pois os generais que centralizaram o poder reconheciam na escravidão um mecanismo de enfraquecimento do exército.

Comentários

A questão apresentada pela banca traz um excerto do historiador Paul Veyne no qual, a partir de um relato sobre a vida dos escravos na Roma Antiga, apresenta-nos características particulares desse sujeito. Com isso ficam subjetivas, ainda que este não seja o objetivo primordial da questão, algumas diferenças em torno da escravidão que conhecemos, por exemplo, no Brasil, em que o escravizado era considerado basicamente uma mercadoria e tão somente vinculado ao trabalho.

Observamos que no excerto apresentado há uma descrição de uma série de tarefas atribuídas ao escravo, inicialmente a do trabalho, durante o período do **Império Romano** (27 a.C.-476 d.C.). Por outro lado, também observamos que ao escravo era possibilitada a **participação na sociedade**, ainda que limitada, evidentemente, enquanto **ser humano**, o qual possuía deveres morais e servis em relação ao seu senhor. Aos escravos era possibilitada, também, a participação religiosa dentro ou fora da casa em que viviam (inclusive como sacerdotes religiosos) e a participação em eventos públicos, tais como os eventos de teatro e circo.

Contudo, apesar de sua importância social e econômica, a escravidão também ocupa um lugar ambíguo em Roma, uma vez que os escravos representavam uma parte essencial da sociedade romana, mas, ao mesmo tempo, estavam excluídos da participação política. Os escravos faziam parte quase que predominantemente do mundo do trabalho, mas não tiveram muita influência na esfera política.

Tais fatos nos mostram a dupla relação dos escravos com a sociedade: a de partícipes ativos em cerimônias religiosas e espetáculos públicos, denotando uma imagem mais humana pelo seu senhor, mas, simultaneamente, uma propriedade, cujo senhor detinha a sua posse e poderia tratá-lo enquanto uma mercadoria, comercializada e comprada da forma como fosse desejado. Sendo assim, apesar das imposições relativas ao conceito de propriedade, o escravo podia exercer atividades de relativa liberdade, como as citadas no texto.

Com relação às alternativas, a letra [A] está incorreta por afirmar que a escravidão entre os romanos havia caído em desuso desde a crise da República. A letra [C] está incorreta por falar sobre um lugar de pobreza e privação, sendo que o próprio texto trazido na questão contraria isso. A letra [D] também está incorreta por delegar ao Cristianismo as transformações em torno da escravidão, sendo que a religião não se opunha a tal prática, ainda que estivesse aberta para receber tal parte da sociedade. Por fim, a letra [E] está incorreta por, além de estar um pouco confusa, colocar a visão de que os generais viam na escravidão uma forma de enfraquecimento do exército. Com isso, a letra [B] é a correta.

Gabarito: B

---

2. (FGV – Adaptada)

> (...) a partir do século V a.C., a guerra tornou-se endêmica no Mediterrâneo. Foram séculos de guerra contínua, com maior ou menor intensidade, ao redor de toda a bacia. O trabalho acumulado nos séculos anteriores tornara possível um adensamento dos contatos, um compartilhamento de informações e estruturas sociais, uma organização dos territórios rurais que propiciava a extensão de redes de poder. Foram os pontos centrais dessas redes de poder que animaram o conflito nos séculos seguintes.
>
> Norberto Luiz Guarinello. *História Antiga*, 2013.

Sobre esses "séculos de guerra contínua", é correto afirmar que

A) as Guerras Púnicas, entre Atenas e Cartago, foram uma disputa pelo controle comercial sobre o mar Mediterrâneo, terminando após três grandes enfrentamentos, com a vitória de Cartago e a hegemonia cartaginesa em todo o Mundo Antigo ocidental.

B) as Guerras Macedônicas foram um longo conflito entre o Reino da Macedônia, em aliança com os persas, e o Império Romano, que venceu com muitas dificuldades porque ainda estava em guerra com outros povos.

C) as Guerras Médicas, entre persas e gregos, resultaram na vitória dos últimos e, em meio a esses confrontos, permitiram que Atenas liderasse a Liga de Delos, aliança de cidades-Estados gregas com o intuito de combater a presença persa no Mediterrâneo.

D) as Campanhas de Alexandre, o Grande, aliado a Esparta e Corinto, combateram e venceram as poderosas forças persas e ampliaram os domínios gregos até a Ásia Menor, propagando os princípios da democracia ateniense pelo Mediterrâneo.

E) a Guerra do Peloponeso, o mais importante conflito bélico da Antiguidade, envolveu as principais cidades-Estados gregas que, aliadas a Roma, enfrentaram e derrotaram as forças militares cartaginesas.

Comentários

Os elementos presentes no texto nos permitem identificar a qual movimento a questão se refere, sendo, neste caso, aquela que ficou conhecida como as **Guerras Médicas,** também conhecidas pelo nome de **Guerras Greco-Pérsicas** por envolver estas duas regiões. Quando, no texto, observamos a

expressão “endêmica no Mediterrâneo” podemos, quase que de imediato, ligar às Guerras Médicas devido à sua localidade.

Entre os séculos VI e V a.C., os persas haviam dominado as colônias gregas da região da Ásia Menor e também ameaçavam a região da Grécia Continental. Os dois povos se enfrentaram naquelas que ficaram conhecidas como as Guerras Médicas (levou este nome porque os gregos chamavam os persas de **medos**), uma sucessão de batalhas que culminou na vitória dos gregos e, consequentemente, na formação da **Liga de Delos**, responsável pela proteção em eventuais guerras ao longo do Mediterrâneo.

Entre o ano 500 e 494 a.C., as cidades da Ásia Menor se revoltaram contra o domínio dos persas. Após dominar a revolta, o rei Dario I, persa, resolveu castigar os atenienses que apoiaram os gregos. Em 490 a.C., as tropas persas desembarcaram na Planície de Maratona, próxima a Atenas. Apesar de sua tropa ser inferior à dos persas, os atenienses conseguiram derrotá-los. Diante de tal situação, Dario preparou uma nova invasão, dessa vez em maior quantidade, mas morreu antes mesmo de executá-la.

Diante disso, seu filho Xerxes ficou responsável pelo ataque e, em 480 a.C., mobilizou um exército contra os gregos, tendo derrotado os espartanos (na Batalha das Termópilas) e incendiado a cidade grega de Atenas. Também em 480 a.C. ocorreu uma nova luta entre gregos e persas, a qual ficou conhecida como a Batalha de Salamina, e que foi decisiva para o desfecho da guerra. Ainda que os gregos possuíssem menos pessoas, saíram vitoriosos. Essa vitória deu aos gregos um ânimo a mais para derrotarem os persas nas outras batalhas, ocasionando a retirada de Xerxes e de seus soldados.

Posteriormente à vitória dos gregos na Batalha de Salamina, os persas se afastaram do continente. Contudo, a guerra continuou na região do Mar Egeu e na costa asiática. Diante de tal situação, Atenas e outras cidades gregas continuaram lutando e formaram a **Liga (ou Confederação) de Delos**, presidida por Atenas, a fim de lutar contra os persas e se organizarem para o caso de acontecerem novas invasões. Cada cidade era responsável por fornecer soldados e navios para a luta contra os invasores, além de um tesouro, que seria utilizado para a reconstrução de Atenas, destruída pelos persas.

Com relação às alternativas, temos que a letra [A] está incorreta por falar que as Guerras Púnicas ocorreram entre Atenas e Cartago, sendo que foi entre Roma e Cartago. A letra [B] está incorreta uma vez que o Reino da Macedônia não se aliou aos persas para lutarem nas Guerras Macedônicas. A letra [D] está incorreta porque Alexandre, o Grande, era rei da Macedônia e não se aliou a Esparta e Corinto. Por fim, a letra [E] está incorreta porque a Guerra do Peloponeso foi um conflito entre Atenas e Esparta em torno do domínio da região grega. Com isso, a letra [C] é a correta.

Gabarito: C

---

3. (FGV – Adaptada)

> O anfiteatro era, para os romanos, parte de sua normalidade cotidiana, um lugar no qual reafirmavam seus valores e sua concepção do “normal”. Nos anfiteatros eram expostos, para serem supliciados, bárbaros vencidos, inimigos que se haviam insurgido contra a ordem romana. Nos anfiteatros se supliciavam, também, bandidos e marginais, como por vezes os

cristãos, que eram jogados às feras e dados como espetáculo, para o prazer de seus algozes ou daqueles que defendiam os valores normais da sociedade.

(Norberto Luiz Guarinello, A normalidade da violência em Roma In http:// www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/ a_normalidade_da_violencia_em_roma.html)

Sobre as relações entre os cristãos e o Estado Romano, é correto afirmar que

A) a violência durante a República Romana vitimou os cristãos porque estes aceitaram a presença dos povos bárbaros dentro das fronteiras romanas.

B) a prática do cristianismo foi tolerada em Roma desde os primórdios dessa religião, e as ocorrências violentas podem ser consideradas exceções.

C) o cristianismo sofreu violenta perseguição no Império Romano pela sua recusa em aceitar a divinização dos imperadores.

D) a ação cristã foi consentida pelo poder romano, e a violência contra a nova religião restringiu-se aos seus principais líderes.

E) a intensa violência praticada contra os seguidores do cristianismo ocorreu por um curto período, apenas durante os primeiros anos da Monarquia Romana.

Comentários

O texto apresentado pela banca nos traz uma ideia sobre o assunto a ser tratado, qual seja, a relação entre o Estado Romano e a religião cristã. Quando pensamos nesta relação entre a Roma antiga e a religião cristã, é comum que surjam duas representações: a primeira diz respeito às execuções em massa realizadas nos anfiteatros romanos por imperadores cruéis e violentos contra milhares de cristãos. A segunda, possivelmente, diz respeito ao reinado do Imperador Constantino (306-337 d.C.) que, a partir de então, puderam professar livremente sua religião.

A história das perseguições e do confronto com a religião cristã no Império Romano começa com a morte de Jesus, por volta do ano 33, e vai até o Édito de Milão, quando o Imperador Constantino, em 313, permitiu que o Cristianismo fosse praticado. As primeiras perseguições ocorreram em diferentes pontos do Império e executadas por magistrados locais, sem um envolvimento ou uma coordenação direta de Roma. Eram massacres, expropriações de propriedades, destruição de locais de culto, ou simplesmente a proibição da prática das liturgias cristãs.

No ano 64, houve a primeira grande perseguição contra os cristãos, coordenada pelo imperador Nero. Nos anos seguintes aconteceram perseguições violentas e algumas mais amenas, mas a religião continuou sendo proibida.

Diante de tal cenário, podemos compreender que tais perseguições foram, sobretudo, motivadas em virtude do embate entre a visão cristã, **monoteísta**, e a visão dos imperadores romanos que se viam em poder quase que igual ao de Deus. Dessa forma, o Cristianismo **negava a divindade** dos imperadores romanos, o que contribuiu para o aumento das perseguições e pela visão, por parte do Estado Romano, do cristianismo enquanto uma ameaça às suas decisões e aos seus poderes.

Assim sendo, não apenas os lideres cristãos eram perseguidos, mas todos e quaisquer adeptos da religião que, de alguma forma, procurassem praticá-la. A autoridade dos imperadores não era a

principal autoridade a ser obedecida pelos cristãos, o que computava no conflito de interesses entre imperador e cristãos. Dessa forma, a alternativa que nos cabe a marcação é a letra [C].

Gabarito: C

---

4. (FGV – Adaptada)

> É a partir do século VIII a.C. que começamos a entrever, em diferentes regiões do Mediterrâneo, o progressivo surgimento das cidades-Estados ou pólis. Elas formaram a organização social e política dominante das comunidades organizadas ao longo do Mediterrâneo nos séculos seguintes.
>
> (Norberto Luiz Guarinello, *História Antiga*, 2013, p. 77. Adaptado)

Nas pólis, é correto

A) assinalar a crescente importância da mulher e da família nos espaços públicos.

B) reconhecer a presença de espaços públicos, caso da ágora.

C) destacar uma característica: a inexistência de espaços rurais.

D) identificar a acumulação de capital pela ação do Estado.

E) apontar para a sua essência: a organização urbana estruturada para a guerra.

Comentários

Durante o Período Arcaico Grego (VIII-VI a.C.) surgiram aquelas que ficariam conhecidas como as *pólis* gregas, inicialmente originadas a partir do crescimento dos *gene* (comunidades agropastoris formadas por pessoas que acreditava descender de um ancestral comum) e da formação de uma nova organização social e política na Grécia Antiga.

As *pólis* eram comunidades independentes com organização socioeconômica e política próprias. Uma de suas principais características era a existência de uma assembleia de guerreiros. Nessa assembleia, eram discutidos os assuntos de interesse na comunidade, que tinha como princípio a igualdade entre os aristocratas, membros da elite fundiária grega.

Era muito comum a presença de espaços públicos nas *poleis* gregas, sendo que um dos principais, também considerado como o centro da cidade de Atenas antiga, era a **ágora**, uma espécie de "praça central da cidade". Nela era comum a prática religiosa, comercial, governamental e, até mesmo, a esportiva. Era nesta região que as pessoas, de qualquer classe social, transitavam, faziam compras, declaravam seus impostos e suas obrigações jurídicas.

Ademais, também era na ágora que a população assistia a apresentações e debates filosóficos, como os de Péricles, Temístocles e Sócrates. Dessa forma, entendemos que a ágora foi um espaço **público** de considerável importância na constituição do espaço urbano e democrático da Grécia Antiga. Dentre as suas principais funções, podemos destacar a de **centro de governo** (lugar no qual os cidadãos discutiam as leis e o questões políticas da cidade); **local sagrado** (onde se localizavam os templos dedicados aos deuses) e **mercado** (principal local para a troca de objetos e produtos entre

os habitantes). Em linhas gerais, podemos dizer que a ágora representava o espaço da cidadania e do direito à palavra para as decisões políticas.

Com relação às alternativas, a letra [A] está incorreta por colocar a mulher enquanto importante nos espaços públicos do período, o que é incorreto. À mulher eram delegados os serviços domésticos. A letra [C] também está incorreta, uma vez que fala sobre a inexistência de espaços rurais, o que está totalmente equivocado. A despeito do crescimento das cidades, os espaços rurais não deixaram de existir em Atenas. A letra [D] está errada por falar sobre uma acumulação de capital através do Estado, algo que, além de ser anacrônico (fora do seu tempo), não era a base das relações comerciais do período. Por fim, a letra [E] está errada por colocar como objetivo da pólis a sua organização para a guerra. Ainda que tenha havido algumas *poleis* voltadas para a guerra, sobretudo Esparta, onde seu poderio militar era notório, este não era o objetivo central. Com isso, a alternativa correta é a letra [B], a qual fala sobre a presença de espaços públicos (a **ágora**).

Gabarito: B

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO

QUESTIONÁRIO - SOMENTE PERGUNTAS

1) **Quais são as civilizações da Crescente fértil?**
2) **Quais principais características das primeiras grandes civilizações?**
3) **Indique alguns avanços técnicos das sociedades do crescente fértil.**
4) **Qual a principal particularidade dos povos Hebreus?**
5) **O que são sociedades estamentais?**
6) **O que são as Pólis gregas?**
7) **Quais as principais Pólis gregas e suas principais características?**
8) **Como era a cidadania em Atenas?**
9) **Quais as principais características da Democracia Grega?**
10) **Quem são os principais legisladores gregos que são responsáveis pela democracia ateniense?**
11) **Já que os gregos viviam nas cidades-estados independentes, o que conferia unidade aos gregos?**
12) **Quais as razões da decadência da civilização grega?**
13) **Grécia e Roma foram sociedades escravistas. Como conseguiam escravos?**
14) **Quais são as principais contribuições da cultura grega antiga?**
15) **Quais são características comuns aos gregos e romanos?**

16) Qual era a principal instituição da República Romana?

17) Quem foram os irmãos Graco?

18) O que foi a lei das XII tábuas e qual sua importância?

19) Qual a importância das Guerras Púnicas?

20) Indique 3 consequências da expansão romana.

21) Como a Pax Romana contribuiu para a decadência do Império?

22) Quais são os principais fatores da decadência do Império Romano?

23) O que foi o Édito de Milão e o Édito de Tessalônica?

24) Porque os cristãos eram perseguidos?

25) Quem dividiu e por que o Império Romano foi dividido?

QUESTIONÁRIO - PERGUNTAS E RESPOSTAS

1) Quais são as civilizações da Crescente fértil?
Egito e Mesopotâmia.

2) Quais principais características das primeiras grandes civilizações?
Eram estados teocráticos, com servidão coletiva, todas as terras pertenciam ao imperador, possuíam grandes técnicas de construção de templos e obras hidráulicas para a agricultura.

3) Indique alguns avanços técnicos das sociedades do crescente fértil.
Possuíam avançados cálculos matemáticos, conhecimentos de astronomia, que possibilitou a criação do primeiro calendário, arquitetura desenvolvida, que possibilitou a construção de grandes templos, desenvolvimento da escrita (cuneiforme) e o primeiro ordenamento jurídicos escrito (código de Hamurabi).

4) Qual a principal particularidade dos povos Hebreus?
Foram os primeiros a adotarem o monoteísmo.

5) O que são sociedades estamentais?
Aquelas em que não há mobilidade social. A posição na sociedade se dá pelo nascimento em determinado grupo, não pela riqueza. São sociedades estamentais as da crescente fértil, Grécia e Roma antiga e também a Europa medieval.

6) O que são as Pólis gregas?
As cidades-estados gregas, que eram unidades autônomas. Cada uma possuía suas particularidades na organização política e econômica, bem como um deus de culto principal.

7) Quais as principais Pólis gregas e suas principais características?
Esparta e Atenas. A primeira devemos ligar ao militarismo e a segunda a arte, filosofia e democracia.

8) Como era a cidadania em Atenas?
O cidadão era filho de pai e mãe ateniense, nascido na cidade e cumpriu serviço militar. Não são cidadãos as mulheres, escravos e metecos (estrangeiros: quem não é da cidade).

9) Quais as principais características da Democracia Grega?
Era restrita aos cidadãos, que participavam de assembleias na ágora (lugar de encontros públicos), todos os cidadãos tinham direito a voz e voto e era democracia direta.

10) Quem são os principais legisladores gregos que são responsáveis pela democracia ateniense?
Drácon (primeiras leis escritas), Sólon (fim da escravidão por dívidas) e Clistenes (igualdade dos cidadãos independente da condição social, ampliação e consolidação das assembleias).

11) Já que os gregos viviam nas cidades-estados independentes, o que conferia unidade aos gregos?
Nunca existiu um Estado grego e a unidade era cultural e linguística.

12) Quais as razões da decadência da civilização grega?
As Guerras Médicas e as Guerras do Peloponeso. As Médicas foram contra os persas, que eram chamados de medos. Atenas centralizou os recursos unidos pelos gregos na Liga de Delos e passou a se impor sobre as outras cidades. Os espartanos não aceitaram a hegemonia ateniense e eclodiu as Guerras do Peloponeso, que enfraqueceu as cidades-estados e facilitou a conquista da Grécia pelos Macedônicos, liderados por Alexandre o Grande.

13) Grécia e Roma foram sociedades escravistas. Como conseguiam escravos?
Os escravos eram prisioneiros de guerra. Não possuía um caráter mercantilista (comercial) ou étnico como foi na escravidão introduzida no Brasil pelos portugueses. Existia a escravidão por dívidas, mas eram um mecanismo de dominação dos eupátridas sobre os mais pobres.

14) Quais são as principais contribuições da cultura grega antiga?
A Grécia antiga é o berço da civilização ocidental e lá surgiu o pensamento filosófico racional, a democracia (direta) o pensamento antropocêntrico e o teatro.

15) Quais são características comuns aos gregos e romanos?
Os romanos conquistaram a Grécia Helenística e viram com uma cultura superior e a adotaram em vários aspectos. Eram politeístas (os romanos adotaram os deuses gregos), antropocêntricos, escravistas, desprezavam o trabalho manual, conseguiam escravos por guerras.

16) Qual era a principal instituição da República Romana?
O Senado, que era composto somente por Patrícios (o grupo social dominante, dono das terras). Decidiam tudo sobre a administração e eles que declaravam guerra. Após conquistas devido a luta dos plebeus (sem linhagem nobre, livres e normalmente muito pobres) conquistaram o direito de representação dos plebeus no senado: os tribunos da plebe.

17) Quem foram os irmãos Graco?

Os tribunos da plebe Tibério e Caio Graco, que defendiam a reforma agrária. Morreram em decorrência de sua atuação política, mas conseguiram aprovar, por exemplo, a lei frumentária,

que distribuía grãos de trigo gratuitamente (isso no início da expansão romana, antes da prática oficial do Império, a política do Pão e Circo, instituída por Otávio Augusto).

18) O que foi a lei das XII tábuas e qual sua importância?
Foi o primeiro código de leis escritas em Roma e consiste num grande avanço da civilização, pois permitia que evitassem a manipulação do ordenamento jurídico pelos patrícios, que até então era oral.

19) Qual a importância das Guerras Púnicas?
Foram a primeira etapa da expansão da República Romana. Entraram em um choque de expansionismos com Cartago (no norte da África) devido a disputa pela ilha da Sicília. Os cartagineses foram derrotados e o reino destruído.

20) Indique 3 consequências da expansão romana.

Como os escravos eram prisioneiros de Guerra, ocorreu um grande aumento no número dos cativos. Os patrícios passaram a usar somente escravos e os plebeus sem trabalho foram para a cidade (êxodo rural). Ocorreu um grande afluxo de riquezas para Roma que tornou-se uma cidade muito rica e poderosa. Conquistaram todo entorno do mar mediterrâneo que passou a ser chamado de “Mare Nostrum”.

21) Como a Pax Romana contribuiu para a decadência do Império?
O fim das conquistas que foi decretado pelo primeiro imperador Otávio Augusto, fez com que reduzisse muito o número de escravos e como tudo funcionava com trabalho escravo, a economia aos poucos entrou em colapso. Em algumas décadas começou a faltar braços para o trabalho e ocorreu um retorno do plebeu para o campo para trabalhar (êxodo urbano).

22) Quais são os principais fatores da decadência do Império Romano?
A crise do escravismo, o surgimento do catolicismo e as invasões germânicas. É importante salientarmos que o processo de decadência durou mais de 3 séculos. O catolicismo se expandiu até tornar-se a religião majoritária e oficial do Império e os germânicos passaram a integrar a sociedade e fundir seu modo de vida. Com o fim das conquistas Roma não conseguia pagar os salários do exército e passou a contratar germânicos, e a força armada passou por um processo de “germanização”.

23) O que foi o Édito de Milão e o Édito de Tessalônica?
O de Milão foi decretado em 313 pelo imperador Constantino e dava liberdade de culto aos cristãos. O Édito de Tessalônica foi decretado pelo imperador Teodósio e tornou o catolicismo a religião oficial do Império.

24) Porque os cristãos eram perseguidos?
Pois eram contra os fundamentos romanos: Eram contrários à escravidão e negavam-se a adorar o imperador como Deus. Aos poucos a religião espalhou-se, principalmente por prometer o paraíso após a morte, até tornar-se o culto majoritário, ser liberado e oficializado.

25) Quem dividiu e por que o Império Romano foi dividido?
Pelo imperador Teodósio, que dividiu em Império Romano do Ocidente, com capital em Roma e Império Romano do Oriente, com capital em Constantinopla. Fez isso para preservar o oriente, que continuava poderoso e rico. A crise atingiu somente o ocidente, devido as invasões

germânicas. O Império Bizantino (Roma oriental) permaneceu em pé por mais mil anos (todo o período medieval) e só entrou em decadência em 1453 após a conquista militar dos Turcos Otomanos.

...

É isso aí, pessoal. Aguardo vocês no nosso próximo passo, que falaremos sobre Idade Média.

Grande abraço, bons estudos e foco no sucesso!!!



@professorsergiohenrique



Professor Sergio Henrique

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.